

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

MARIA CRISTINA DOS SANTOS ESTEVES FRAGA

**O ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA COM A TEÓRIA: O ESTUDO DE UMA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA NO BRASIL**

RIO DE JANEIRO
2013

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

MARIA CRISTINA DOS SANTOS ESTEVES FRAGA

**O ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA COM A TEORIA: O ESTUDO DE UMA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA NO BRASIL**

**Dissertação de Mestrado apresentada à Escola
Brasileira de Administração Pública e de
Empresas da Fundação Getúlio Vargas como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Gestão Empresarial.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lopez Rego

RIO DE JANEIRO
2013

Fraga, Maria Cristina dos Santos Esteves

O alinhamento das ações de responsabilidade social corporativa com a teoria : o estudo de uma instituição financeira no Brasil / Maria Cristina dos Santos Esteves Fraga. - 2013.

104 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Marcos Lopez Rego.

Inclui bibliografia.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Sustentabilidade. 3. Desempenho – Avaliação. 4. Instituições financeiras. I. Rego, Marcos Lopez. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 658.408



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

MARIA CRISTINA DOS SANTOS ESTEVES FRAGA

**O ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA
COM A TEORIA: O ESTUDO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Data da defesa: 28/11/2013

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Marcos Lopez Rego
Orientador (a)

Helio Arthur Reis Irigaray

Jair Nascimento Santos

Dedico este trabalho aos meus pais,
Fernando e Delza, e a meus filhos,
Bianca e Guilherme, fonte de inspiração
e força, sempre ao meu lado em todas as
situações.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, fé e força, além de ter me proporcionado mais esta rica experiência em minha trajetória.

Aos professores Marcos Lopez Rego e Hélio Arthur Reis Irigaray pela orientação e apoio na condução deste trabalho.

Aos professores e colegas da FGV, pelas experiências e ensinamentos compartilhados que me mostraram novos horizontes.

Aos colegas do Banco do Brasil, pelo apoio e incentivo, sem os quais eu não teria chegado até aqui.

A meus pais, que tantos exemplos me proporcionaram, para que eu tivesse perseverança para enfrentar os desafios.

Aos meus filhos, pela paciência e inspiração.

RESUMO

A proposta deste trabalho foi realizar um estudo de caso de uma empresa do setor bancário brasileiro, que buscou evidenciar o alinhamento das ações de responsabilidade social corporativa (RSC) do Banco do Brasil com o referencial teórico sobre o tema, a partir da observação do crescente interesse por este assunto por investidores, empresas, governos e academia, pelo desenvolvimento de indicadores de desempenho relacionados à sustentabilidade, bem como pela maior valorização nas Bolsas de Valores das ações das empresas que têm consciência da importância e incluem em seus negócios a RSC. Após análise da literatura específica e dos documentos públicos do Banco, o estudo revelou que as iniciativas do Banco do Brasil, ratificadas pela adesão a tratados e acordos nacionais e internacionais, fazem parte de seu posicionamento estratégico e estabeleceram um novo modelo de gestão, baseado na sustentabilidade dos negócios e das relações com todos os públicos de relacionamento, indicando o alinhamento do Banco com a teoria.

Palavras-chave: responsabilidade social corporativa, sustentabilidade, indicadores de desempenho, setor bancário.

ABSTRACT

The purpose of this study was to conduct a case study of a company of the Brazilian banking sector, which sought to highlight the alignment of corporate social responsibility (CSR) actions of Banco do Brasil with the theoretical framework on the subject, based on the observation of increasing interest by investors, companies, governments and academia on the subject, the development of performance indices related to sustainability, as well as a greater valuation on the Stock Exchanges of companies that are aware of the importance and include CSR in their business. After analyzing the literature and the public documents of the Bank, the study revealed that the initiatives of Banco do Brasil, ratified by adherence to national and international treaties and agreements, are part of its strategic position and established a new management model, based on sustainability of business and relationships with all stakeholders, indicating the alignment of the Bank with the theory.

Key-Words: corporate social responsibility, sustainability, performance indices, banking sector.

SUMÁRIO

1. O PROBLEMA	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	4
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	8
2.2 INSTITUIÇÕES E PADRÕES PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL	19
2.2.1 No Brasil	19
2.2.1.1 Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	19
2.2.1.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE	22
2.2.1.3 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE	25
2.2.2 No Mundo	27
2.2.2.1 Global Reporting Initiative – GRI	27
2.2.2.2 Pacto Global	33
2.2.2.3 Agenda 21	36
2.2.2.4. Princípios do Equador	37
2.2.2.5. <i>Dow Jones Sustainability Index</i> – DJSI	40
2.3. SETOR BANCÁRIO	43
3. METODOLOGIA	48
3.1 TIPO DE PESQUISA	48
3.2 COLETA DE DADOS	49
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS	50
3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	51
4. RESULTADO DA PESQUISA	52
4.1 O BANCO DO BRASIL: HISTÓRIA E DADOS RECENTES	52
4.2 ESTRATÉGIA CORPORATIVA	56
4.3 PACTOS E ACORDOS	59
5. DISCUSSÃO	69
5.1 ALINHAMENTO COM A TEORIA	69
5.2 RELACIONAMENTO COM <i>STAKEHOLDERS</i>	73
6. PARA CONCLUIR	80

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
8. ANEXOS	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Transição para a nova geração de Indicadores.....	21
Figura 2 – Comparativo de Performance ISE x Ibovespa	26
Figura 3 – A Estrutura de Relatórios da GRI.....	28
Figura 4 – Visão Geral das Diretrizes da GRI.....	30
Figura 5 – Visão Geral do Conteúdo do Relatório da GRI	31
Figura 6 – Diversidade no Quadro de Funcionários.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores do Relatório GRI.....	32
Tabela 2 – Definições sobre o Pacto Global.....	34
Tabela 3 – Distribuição Racial da População Brasileira.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Avaliação Ambiental
ACC	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio
ACE	Adiantamento sobre Cambiais Entregues
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
BB	Banco do Brasil S/A
BOVESPA	BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CASSI	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
CDP	Carbon Disclosure Project
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economic
CGU	Controladoria Geral da União
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CSA	Corporate Sustainable Assessment
DJSI	Dow Jones Sustainability Index
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
FIA	Fundo para a Infância e Adolescência
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FBP	Folha de Pagamento Bruta
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEE	Gases do Efeito Estufa
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFC	International Finance Corporation
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organization for Standardization
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PE	Princípios do Equador
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRI	Principles for Responsible Investment
RL	Receita Líquida
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Socioempresarial
SAM	Sustainable Asset Management
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SRI	Socially Responsible Investment
S&P	Standard & Poor's
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
UDS	Unidade de Desenvolvimento Sustentável
UNEP	United Nations Environment Programm
UNEP FI	United Nations Environment Programm Finance Initiative
UNIBB	Universidade Corporativa do Banco do Brasil
WBCDS	World Business Council for Sustainable Development
WWF	World Water Foundation

1. O PROBLEMA

1.1 Introdução

A responsabilidade social corporativa (RSC) e o desenvolvimento sustentável são temas que vêm recebendo crescente destaque dentro das estratégias de inúmeras empresas brasileiras. Anteriormente vista como ações de filantropia, a RSC ganhou importância como questão diferencial de competitividade, na medida em que aumentam as evidências de que a sociedade e o mercado estão dispostos a reconhecer e recompensar o comportamento ético, transparente e solidário das empresas (ETHOS, 2006).

Os problemas sociais e ambientais gerados pelo modelo vigente de desenvolvimento vêm provocando, desde o século passado, discussões no meio acadêmico, na sociedade civil, nos governos e nas organizações não governamentais (ONGs) sobre os rumos de nossa civilização. Ao priorizar o retorno econômico, as questões ambientais e sociais foram sendo deixadas em segundo plano e uma discussão mais ampla precisava ser trazida para a sociedade a fim de buscar mudanças quanto a esse cenário.

A crescente conscientização da sociedade sobre os problemas socioambientais, como a exploração do trabalho humano, aumento da desigualdade, o aquecimento global, o desmatamento e a escassez dos recursos hídricos, vêm levando as empresas a refletir sobre suas práticas de gestão, a fim de entender até que ponto tais questões podem afetar os seus negócios. Este movimento ocorre em diferentes níveis: enquanto algumas empresas já incorporaram aspectos sociais e ambientais em seus modelos de gestão, outras ainda questionam a relevância da inserção dessas variáveis em suas estratégias de negócios.

Para por em prática o desenvolvimento sustentável, destaca-se a iniciativa da RSC, entendida como a

forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresárias compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (*ETHOS*, 2006).

A responsabilidade social corporativa tem como principais correntes a Teoria dos *Shareholders* (FRIEDMAN, 1970), que defende que a principal função de uma empresa é gerar lucro para seus acionistas, e a Teoria dos *Stakeholders* (FREEMAN, 1984), que destaca a importância do relacionamento da empresa com todos os seus públicos, sejam eles clientes, funcionários, fornecedores, investidores, governo, comunidade, meio ambiente, entre outros. O respeito a todos os *stakeholders* e o reconhecimento dessas boas práticas pela sociedade trariam os grandes resultados para as empresas.

Friedman (1984) entendia que a responsabilidade social seria uma doutrina subversiva numa sociedade livre, já que a geração de lucros seria um bem social em si mesmo, e que a sociedade estaria mais bem servida quando as empresas maximizavam o valor para o acionista. Considerava, ainda, que as atividades de RSC roubavam recursos dos principais grupos de relacionamento da empresa: os acionistas, clientes e empregados. As atividades de RSC eram vistas pelos críticos como sendo ações que desviavam recursos da missão econômica da empresa para atingir objetivos sociais. Posteriormente, este problema foi superado quando as estratégias corporativas foram associadas aos objetivos sociais (BANERJEE, 2007).

As questões relativas à RSC foram se desenvolvendo ao longo do século passado em ondas: primeiramente, nos anos 50 e 60, resultaram na implantação de leis trabalhistas e definição de padrões para condições próprias ao trabalho; ao longo dos anos 70 e 80 tiveram a influência das questões relativas à proteção dos consumidores, através da inclusão de etiquetas nos produtos, aumento da transparência e do estabelecimento de padrões mínimos para o consumo de alguns produtos. No curso dos anos 90 surge uma nova onda, fruto de

demanda mais forte das ONGs pelas questões éticas, principalmente as relacionadas às empresas multinacionais, com operações em países com regimes diferentes de responsabilidade social corporativa (FARIA; SAUERBRONN, 2008). A crescente preocupação e conscientização dos cidadãos com as questões relativas ao meio-ambiente resultaram na adoção de leis e sanções específicas para o tema (TULDER; ZWART, 2006).

O conceito de responsabilidade social corporativa é amplo e atualmente significa que os gestores não podem se preocupar mais apenas com seus acionistas, e sim com todos os *stakeholders* com que se relacionam, e que de alguma forma contribuem e influenciam o seu negócio. Essa pluralidade se estende a todos os seus processos, devendo incorporar práticas socialmente responsáveis não somente em seu produto final, mas em toda a cadeia produtiva (MONTEIRO, 2005).

No Brasil, devido à influência das empresas americanas multinacionais aqui estabelecidas e também à força que a academia daquele país exerce sobre a local, as empresas brasileiras, em sua grande maioria, têm adotado a abordagem estratégica da responsabilidade socioempresarial (RSE). A literatura americana destaca que as práticas de estratégia corporativa social devem contemplar não somente questões sociais ou éticas, mas principalmente a participação da corporação na arena política (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Quando se trata de responsabilidade social corporativa entende-se que a empresa é responsável pelos custos sociais, ou externalidades negativas, decorrentes de suas atividades. Resumidamente, Ashley (2002) descreve responsabilidade social “como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetam positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico”, e por isso devem buscar soluções, de forma proativa e alinhada com seu papel na sociedade.

Segundo o *Dow Jones Sustainability Index* (2013),

sustentabilidade é a capacidade de uma empresa de prosperar em um ambiente hipercompetitivo e de mudança de negócios global. Empresas que antecipam e gerem as oportunidades econômicas, ambientais e sociais atuais e futuras e riscos concentrando-se na qualidade, inovação e produtividade irão emergir como líderes que são mais suscetíveis de criar uma vantagem competitiva e valor para os *stakeholders* no longo prazo.

A inclusão das práticas de sustentabilidade nas atividades empresariais, refletidas na preservação ambiental e no apoio ao desenvolvimento e melhoria do ambiente social, tornou-se de extrema relevância para o reconhecimento das empresas frente aos seus concorrentes e consumidores, e tem sido tema cada vez mais constante de estudos por pesquisadores e estudiosos que reconhecem a importância do assunto para a preservação do planeta, das espécies que nele habitam e das futuras gerações.

1.2 Relevância do Estudo

No início da década de 80 o mundo ainda se debatia com a questão de como conciliar atividade econômica e conservação do meio ambiente. O discurso predominante à época era o de que desenvolvimento e meio ambiente não seriam compatíveis, e por isso ninguém entendia realmente como essa compatibilidade se traduziria na prática (ALMEIDA, 2002).

Diversos estudos realizados nessa época tiveram como inspiração o livro “Responsabilidade Social do Homem de Negócios”, publicado em 1953 por Howard Bowen, que se tornou um marco dos trabalhos realmente sérios sobre o tema da responsabilidade social, vindo, posteriormente, quase meio século depois, impulsionar a questão da responsabilidade social corporativa. Howard fez a primeira discussão abrangente sobre ética empresarial e responsabilidade social, temas que ganharam impulso a partir do final dos anos 50 e 60, com a expansão dos grandes conglomerados empresariais.

Posteriormente, o relatório da Comissão *Brundtland* (Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega), apresentado à Assembleia Geral da ONU em 1987, trouxe à

tona a expressão “desenvolvimento sustentável” e a partir desse momento a gestão ambiental começa a evoluir para a gestão da sustentabilidade (ALMEIDA, 2002).

Segundo definição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável seria aquele que objetiva “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

“O tema desempenho ambiental empresarial vem ganhando crescente importância entre investidores, empresas, governos e academia” (BRITO, 2005). Longe de ser um mal necessário, o controle ambiental é estratégico e deve ser visto como uma vantagem competitiva. A questão que pesquisadores buscam identificar é quanto à relação entre o desempenho ambiental e financeiro das empresas. Teriam as empresas com bom desempenho ambiental vantagens competitivas sobre seus concorrentes, consequentemente refletidas em um melhor desempenho financeiro, ou seria este “desempenho ambiental acima da média apenas mais um custo extra para essas empresas?” (BRITO, 2005) A resposta a estas perguntas implicam no correto entendimento do papel que as empresas exercem em relação ao meio ambiente.

Os grandes investidores institucionais nacionais e mundiais vêm solicitando aos órgãos reguladores que criem regras obrigando as empresas a divulgar relatórios de sustentabilidade padronizados, possibilitando-lhes uma melhor avaliação dos seus investimentos, deixando claro que desejam inserir nos seus critérios de avaliação de investimentos as questões sociais, ambientais e de governança corporativa, associadas às informações econômico-financeiras (PRI, 2012).

Em mercados mais maduros já começam a surgir trabalhos que procuram mostrar que, no longo prazo, as empresas que têm consciência da importância e incluem em seu negócio a responsabilidade socioempresarial tem maior valorização de suas ações na Bolsa (BRITO,

2005). A ideia principal é que a partir da análise de critérios ambientais, sociais e de governança seja possível identificar pontos que podem impactar as empresas tanto negativa quanto positivamente e que não seriam observados somente com base em uma avaliação financeira. A comunidade de investidores vem desenvolvendo análises mais profundas das empresas, o que contribui para tomada de decisões mais eficientes.

Ao longo da última década, observa-se a existência de diversas iniciativas por parte do Banco do Brasil (BB) na busca pelo alinhamento e comprometimento com o tema da sustentabilidade global, com foco nas ações de responsabilidade social e ambiental, que podem ser verificadas através da criação do seu Código de Ética, na criação da Fundação Banco do Brasil, na parceria com a *World Water Foundation* (WWF), no apoio ao desenvolvimento regional sustentável, adesão aos Princípios do Equador, ao Pacto Global, Agenda 21, dentre diversas iniciativas nacionais e internacionais que serão relatadas mais adiante neste estudo (SILVA, 2008).

Este trabalho busca evidenciar o alinhamento das ações de responsabilidade social corporativa do Banco do Brasil com a teoria, de forma a reconhecer sua influência sobre a criação de valor para seus acionistas e para a sociedade, além de contribuir com futuros estudos acadêmicos que poderão servir de apoio a outras empresas que tencionem incorporar o tema no seu modelo de negócios, as quais poderão utilizar o Banco do Brasil como *benchmark*, devido à sua representatividade e expressividade no cenário nacional e internacional.

Nesse diapasão, esta dissertação buscou responder à seguinte questão: As práticas de responsabilidade social corporativa adotadas pelo Banco do Brasil estão alinhadas com a teoria?

1.3 Delimitação do Estudo

Vergara (2011) esclarece que a delimitação do estudo “trata de fronteiras concernentes a variáveis, aos pontos que serão abordados, ao corte (transversal ou longitudinal), ao período de tempo objeto da investigação”.

No tocante à delimitação temporal, as informações que foram coletadas referem-se ao ano de 2012, ano do último Relatório Anual do Banco do Brasil divulgado publicamente. Este reflete, portanto, os dados mais recentes e os maiores avanços registrados pelo BB. Além do Relatório, apresentado no padrão da Global Reporting Initiative (GRI), e do Balanço Social, no padrão Ibase, foram avaliados dados secundários, levantados através da internet, jornais, artigos, teses, dissertações e revistas especializadas, ao longo de 2012 e 2013, de forma a ampliar o escopo do estudo.

Após esta introdução, o trabalho está estruturado em seis capítulos: o segundo se refere ao referencial teórico sobre o tema, o terceiro apresenta a metodologia de pesquisa, o quarto contém informações gerais sobre a empresa, com destaque para as ligadas à responsabilidade social corporativa, o quinto traz uma discussão sobre a teoria de RSC e a prática de como isso acontece no Banco do Brasil e, finalizando, o sexto capítulo revela as conclusões do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Responsabilidade Social Corporativa

Ao longo da última década um número cada vez maior de empresas reconhece os benefícios decorrentes da adoção de políticas e práticas relativas à responsabilidade social. Estas experiências estão amparadas por um número cada vez maior de estudos que mostram que a responsabilidade social corporativa tem impacto positivo no desempenho econômico e financeiro das organizações.

Atenta às crescentes críticas que as empresas multinacionais, principalmente as americanas, têm recebido por conta do aumento da emissão de gases do efeito estufa, poluição das águas, exploração da mão de obra em países não desenvolvidos, entre outros problemas, a academia americana, associada com algumas das principais empresas de seu país, vem desenvolvendo estudos buscando aproximar a questão da estratégia à responsabilidade corporativa. De forma geral as empresas ainda estão presas a uma visão ultrapassada de geração de valor que surgiu ao longo das últimas décadas, continuando a priorizar o desempenho financeiro no curto prazo, negligenciando as mais importantes necessidades dos clientes, o que permitiria negócios sustentáveis no longo prazo (PORTER; KRAMER, 2011).

Recentemente tem-se observado que a responsabilidade social corporativa se tornou uma pequena indústria, tanto no meio acadêmico quanto no mundo dos negócios. Segundo Banerjee (2007), uma pesquisa no Google há alguns anos atrás com as palavras “*corporate social responsibility*” gerou mais de 77 milhões de acessos. Pesquisa similar no *site Amazon*, utilizando a mesma expressão, resultou em 1.035 livros relacionados com o tema. Outro dado interessante é que todas as empresas listadas na *Fortune 500* em 2007, além de milhares de

outras por todo o mundo, possuem compromissos relacionados à RSC em seus relatórios anuais.

À medida que as empresas se tornam cada vez mais presentes em todas as partes do mundo, novas oportunidades surgem de forma a trazer “prosperidade e qualidade de vida, por meio do compartilhamento do conhecimento e do acesso à tecnologia” (GRI, 2006).

No atual cenário de globalização, as empresas americanas e europeias muitas vezes têm dificuldades de implantar seus sistemas de gestão em locais remotos, devido às grandes diferenças culturais, o que gera conflito entre os diversos *stakeholders*. Os investimentos direcionados para a área de sustentabilidade mostram que as empresas buscam a legitimação moral de suas ações, porém, subjetivamente, há um jogo de poder, uma estratégia de dominação. Na sociedade atual, as empresas vêm conquistando cada vez mais poder frente aos governos. A presença mundial de muitas empresas faz com que tenhamos a impressão de que vivemos numa grande e comum aldeia global, onde as pessoas desejam e consomem os mesmos produtos em qualquer lugar do planeta e têm acesso às mesmas informações simultaneamente. Porém a globalização não é experimentada de forma uniforme em todas as regiões, países e mesmo comunidades, já que se trata inevitavelmente de um processo altamente assimétrico (MCGREW, 2008). A realidade e as diferenças entre os povos são grandes: há diferença no acesso à informação e os consumidores possuem características muito peculiares de suas culturas. Essas diferenças não podem ser ignoradas pelas grandes corporações, que insistem em padronizar seus produtos, visando principalmente a economia de produção, com consequente maximização dos lucros, sem considerar o atendimento às características dos diferentes mercados. A presença global representa, também, força e poder, o que é um intangível muito valioso.

Segundo Ohmae (1989), a capacidade de entender e responder às necessidades dos consumidores de cada local, bem como seus sistemas de negócios, respeitando as diferenças

culturais, é importante fator de sucesso para uma empresa multinacional ser bem sucedida. No Japão, por exemplo, o que se vê são padrões americanos e/ou europeus sendo implantados sem o devido respeito à diversidade. Tal comportamento compromete os resultados financeiros esperados nesses mercados, pois há um distanciamento entre a gestão estratégica e a gestão financeira. No início do movimento de internacionalização, as empresas buscavam diversificar entre os mercados americano, europeu e asiático (Japão, principalmente), de forma geral repetindo a fórmula do país de origem em cada um dos países de operação, repatriando os lucros para a empresa matriz, que permanecia como a força central, dominante e determinante de toda a estratégia da empresa. Hoje já se sabe que é preferível estar presente e atuante de forma mais alinhada com a comunidade local, entendendo e respeitando sua cultura, os consumidores, os trabalhadores e as ONGs, buscando lucros, mas também a geração de valor para seus clientes (MULLER, 2006).

Novas tecnologias de informação aceleraram o processo de globalização e geraram modificações profundas e controversas no sistema empresarial. As grandes empresas transnacionais passaram a ter sua produção descentralizada, buscando instalar unidades em países cuja mão de obra seja mais barata ou a legislação seja menos rígida, a fim de reduzir custos e evitar problemas legais (MULLER, 2006). O favorecimento tributário também é um incentivo para essas empresas multinacionais que buscam novos locais para se estabelecer, muitas vezes degradando o meio ambiente em países cuja legislação assim os permita fazer. Essas são apenas algumas das muitas razões que levam a sociedade a estar cada vez mais atenta às ações das empresas, denunciando abusos, exploração da mão de obra, impactos ambientais, casos de corrupção, entre outros problemas.

Para que executivos, investidores e outros atores que têm interesse no desempenho de uma empresa possam avaliá-la não apenas na dimensão econômica, mas também nas dimensões ambientais e sociais, é preciso construir métricas que permitam verificar sua

atuação nestas duas esferas (WAJNBERG, 2008). A GRI propõe a padronização na divulgação das informações das organizações, de modo a facilitar a análise por parte dos usuários da informação, através de diversos indicadores que podem ser utilizados para mensuração do desempenho socioambiental corporativo.

Outra prática observada no mercado mundial nos últimos anos é a criação dos chamados índices de sustentabilidade de investimentos - SRI (*Socially Responsible Investment*). A relação entre a inclusão de uma empresa em um índice SRI e o impacto que isso traz para o comportamento socialmente responsável dessa companhia ainda não foi explorado, mas alguns estudos demonstram que as métricas dos índices de investimento responsável não são neutras, pelo contrário, poderiam afetar o comportamento da organização (SLAGER et al., 2010).

Os índices de responsabilidade social têm direcionado com mais frequência seu foco para a *performance* dos fundos de investimento e portfólios com perfil de investimento socialmente responsável.

O estudo conduzido por Slager; Gond; Moon (2010) define três mecanismos através dos quais os indivíduos seriam afetados pelos indutores de avaliação, que são: os mecanismos ambientais, os mecanismos cognitivos e os mecanismos relacionais.

Os mecanismos ambientais são gerados por influências externas à organização e condições que afetam a capacidade dos empregados em se engajar com as mudanças relativas a questões socioambientais. A regulamentação limitada que existe para guiar as decisões corporativas quanto à RSC é majoritariamente de natureza voluntária. No nível organizacional, a mudança no comportamento interno da empresa pode ficar restrita ao discurso e à adoção de políticas, não levando necessariamente à mudança nas atividades ou na estrutura interna. De qualquer forma esses mecanismos aumentam a legitimidade perante a

sociedade e isso é reforçado pelo uso de linguagem socialmente aceitável para justificar algum comportamento (SLAGER et al., 2010).

Nos mecanismos cognitivos, a informação tem papel crucial na geração de percepções e padrões coletivos em nível institucional. A literatura sobre o efeito educacional que os *rankings* criam nas organizações mostra que estes atuam de forma importante ao criar classificações cognitivas, uma vez que servem como ferramentas para facilitar a comparação entre diversas organizações, funcionam como sinal de *status* e reputação e definem as escolhas estratégicas de *benchmark* para o desempenho organizacional. Há uma crença geral entre as empresas de que as companhias listadas nos índices representam as de melhor performance em termos de desempenho social, ambiental e financeiro. Estes têm sido usados como indicadores ou *benchmarks* por um vasto grupo de *stakeholders*, incluindo, mas não limitado a, investidores. A inclusão da empresa em um índice SRI é geralmente divulgada de forma pública através da exposição de logomarca, que menciona essa participação e também através de *report* nos relatórios de sustentabilidade. As pesquisas e questionários enviados previamente pelas agências de *ratings* sinalizam para as empresas quais os critérios que são considerados importantes para medir o desempenho social de uma empresa. Com isso os índices passariam a ter um impacto no comportamento socialmente responsável das empresas, que vai além de mudanças superficiais no nível do discurso: os mecanismos cognitivos começam a surtir efeito tanto nas percepções internas quanto nas externas, bem como nas atividades relacionadas à responsabilidade social corporativa (SLAGER et al., 2010).

Quanto aos mecanismos relacionais, estudos sobre a difusão das práticas ambientais, nos EUA, têm revelado que as pressões institucionais estão canalizadas da periferia de departamentos especializados para o centro das organizações, transformando os papéis de trabalho e as funções de vários departamentos da organização durante esse processo. É sugerido pelos autores do estudo que os mecanismos relacionais poderiam afetar

positivamente os discursos e as atividades de RSC, além de apoiar os mecanismos cognitivos identificados anteriormente para gerar um impacto mais profundo no comportamento organizacional responsável (SLAGER et al., 2010).

Slager et al. (2010) observaram que, em geral, as empresas buscam legitimar seus constructos de responsabilidade social corporativa utilizando referências a códigos e padrões de RSC, como a *Global Reporting Initiative* ou o *Global Compact*. Os índices de sustentabilidade têm um papel semelhante – a inclusão de uma empresa em um desses indicadores de *performance* é geralmente citada nos relatórios de divulgação pública e servem, dessa forma, como uma verificação independente dos constructos de RSC das organizações. Como consequência, as empresas começaram a gerenciar proativamente o que está sendo mensurado. Nos mercados financeiros, onde essas informações e classificações desempenham um importante papel para os investidores, os índices podem gerar um impacto mais significativo nas atividades e percepções quanto à responsabilidade social corporativa das empresas.

De modo geral, as empresas tendem a não comunicar eventos negativos relacionados ao seu desempenho socioambiental, porém dão destaque às notícias positivas, incluindo as boas colocações em *ratings*.

Os índices de SRI têm aspectos similares aos *ratings* de organizações de ensino nos EUA, nos quais as boas colocações são vistas como certificações de melhores práticas pelas organizações com maior destaque do setor. Os efeitos para a reputação obtidos com o *rating* são positivos, além de criar um *link* entre os *rankings* e a identidade organizacional, o que faz com que muitas organizações passem a jogar o *ranking game* (Slager et al., 2010). Para os autores, numa sociedade na qual as auditorias parecem ser a forma favorita de exercer controle sobre o comportamento de uma organização, o desempenho organizacional precisaria

ser medido e comunicado aos públicos externos de forma racional e legítima, preferencialmente através de métodos quantitativos.

Segundo Monteiro (2005), a responsabilidade social das empresas pode ser analisada sob duas dimensões: a interna, que se refere às práticas socialmente responsáveis quanto à gestão de recursos humanos, saúde e segurança do trabalho, adaptação a mudanças e à gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais, e a externa, que se materializa nas relações com as comunidades locais, com clientes e fornecedores, com acionistas e investidores, na observação dos direitos humanos e na gestão do meio ambiente.

Atualmente há o entendimento, pelo mercado e pelas empresas, de que a incorporação das boas práticas de responsabilidade social corporativa minimiza riscos e gera novas oportunidades, podendo criar um impacto altamente positivo em diversos indicadores que medem o sucesso de um negócio, como o valor para o acionista, lucro, eficiência das operações, atração e retenção tanto de funcionários como de clientes, valor da marca, entre outros.

Além do benefício para as empresas e para o mercado, Boulouta; Pitelis (2011) fizeram um estudo para melhor entender o papel estratégico da RSC em um nível nacional mais amplo, de forma a juntar evidências empíricas desse impacto e do potencial de mudanças sociais realmente positivas entregues pelas ações de responsabilidade social corporativa. Os autores observaram que nem sempre o nível de responsabilidade social corporativa das empresas se reflete a nível nacional.

Outros pesquisadores relataram certo nível de convergência entre a definição de competitividade nacional e a capacidade de uma nação em criar o bem-estar, que pode ser medido pela renda *per capita*, nível de felicidade, inovação, capital humano, pelo processo de evolução da competitividade do país, entre outros. Nesse sentido, um país poderia ser definido como mais competitivo se tiver desempenho superior a de outros quando observada a sua

capacidade de melhorar a *performance* ao longo do tempo nos indicadores comparados (BOULOUTA; PITELIS, 2011).

A responsabilidade social corporativa, incorporada a uma estratégia nacional de diferenciação, pode ser utilizada para melhorar a reputação de um país, aumentando as exportações e atraindo investimentos. Ao analisar países desenvolvidos, Boulouta; Pitelis (2011) verificaram que a responsabilidade social corporativa é um fator importante da competitividade nacional, avaliada no estudo através da renda *per capita*. Esses estudos são importantes para as políticas governamentais, uma vez que sugerem que promover políticas de RSC pode ser importante para a competitividade dos países. O estudo foi focado numa amostra de países desenvolvidos, com políticas estabelecidas para garantir a competitividade das pequenas e médias empresas, de forma a proteger o dinamismo do mercado do peso da burocracia e para proibir que a responsabilidade social corporativa crie e alimente comportamentos anticompetitivos, os quais prejudicariam a economia de forma mais ampla. Novos estudos, que incluíssem países em diferentes níveis de desenvolvimento, seriam de grande interesse como forma de fornecer às autoridades políticas um melhor aconselhamento sobre como impulsionar a responsabilidade social corporativa estrategicamente em nível nacional e supranacional, a fim de antecipar a disponibilização de benefícios sociais para toda a sociedade.

Os investidores institucionais têm observado com atenção as opções para aplicação de seus recursos associadas à sustentabilidade. A maior preocupação desse grupo é com a permanência do selo sustentável nesses ativos, o que gera a necessidade de monitoramento sistemático de seus portfólios pelas empresas. Segundo Albuquerque (2011), quem aplica em papéis sustentáveis quer ter a garantia de que as empresas não estejam pensando apenas no lucro de curto prazo, mas sim na sustentabilidade dos ativos no longo prazo, considerando os riscos socioambientais aos quais estão expostos.

Mackey et al., (2007) realizaram uma pesquisa para avaliar se o investimento socialmente responsável melhora, reduz ou não causa impacto no valor de mercado de uma empresa. A teoria procura demonstrar que gerentes de empresas com ações negociadas publicamente, que investem em atividades socialmente responsáveis, e que não maximizam o valor presente dos fluxos de caixa futuros da empresa, podem, ainda assim, maximizar o valor de mercado da empresa. Segundo os autores, alguns investidores teriam interesses além da maximização da riqueza ao tomar suas decisões de investimento e, se a demanda por esse tipo de investimento for superior à oferta, mesmo que esses investimentos não gerem os melhores retornos, essa estratégia pode agregar valor econômico para a empresa.

Quando se considera a lógica tradicional financeira, as atividades socialmente responsáveis são inconsistentes com os objetivos econômicos das empresas e devem ser evitadas. De fato, as empresas que se engajam em tais atividades, especialmente quando estas são muito caras, podem estar sujeitas a variadas formas de disciplina pelo mercado, incluindo o acesso limitado a financiamentos mais baratos, à troca de gerentes *seniores* e até mesmo às incorporações, pois são penalizadas pelo mercado por não estarem maximizando seus retornos (MACKEY et al., 2007).

As empresas têm um compromisso com a sociedade que vai além da simples maximização da riqueza de seus acionistas. Comportamentos socialmente responsáveis permitem que uma empresa diferencie seus produtos no mercado em que atua, que evite vultosas multas impostas pelo governo e que reduza a exposição da organização a riscos. As ações socialmente responsáveis podem aumentar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de uma empresa e com isso se mostram consistentes com a maximização da riqueza e do valor de mercado para os acionistas. Outros estudos mostram que os interesses dos acionistas, às vezes, precisam ser colocados de lado em favor dos interesses dos outros *stakeholders* da empresa. A teoria do estudo de Mackey et al. (2007) visa demonstrar que diversas vezes os

acionistas têm interesses além da simples maximização da riqueza quando fazem suas decisões de investimento.

Se grandes investidores, como fundos de pensão e fundos de investimentos, tiverem preferência por empresas que estejam engajadas em atividades de RSC, apesar do possível impacto dessas atividades em seus fluxos de caixa, devido à demanda por essas oportunidades de investimento, o valor de mercado da empresa irá crescer. O interesse de fundos de investimento por esse tipo de aplicação está concentrado em algumas economias, notadamente EUA e Europa, e possui a capacidade de aumentar a demanda por este tipo de oportunidade de investimento, com o consequente efeito nos valores de mercado das empresas (MACKEY et al., 2007).

Num passado mais recente, diversos escândalos envolvendo empresas podem ter levado a um aumento da demanda por investimentos socialmente responsáveis, uma vez que os investidores optam por alocar seus recursos em empresas que respeitam e confiam na gestão.

Outra observação interessante do estudo de Mackey et al. (2007) diz respeito ao perfil dos investidores em diferentes mercados; enquanto que em um mercado os investidores podem ter preferência por investimentos socialmente responsáveis, em outro país a escolha pode ser diferente. Assim, empresas que tenham suas ações negociadas em diferentes mercados precisam entender e ajustar suas políticas de investimento socialmente responsável para serem mais consistentes com a preferência dos novos investidores que estão tentando atrair. Isso pode significar que uma empresa se torna mais ou menos socialmente responsável dependendo das preferências dos investidores do mercado no qual estão entrando.

Segundo Scherer; Palazzo (2010), no momento atual as corporações detêm papel cada vez mais relevante na sociedade, assumindo compromisso por todo o processo de produção. É importante ressaltar que as empresas têm responsabilidade por toda a sua cadeia de

suprimentos, o que faz com que uma análise mais profunda e também uma melhor auditoria seja introduzida para que haja um alinhamento dos fornecedores com a estratégia da empresa. Atualmente é observado que apenas uma pequena parcela dos consumidores leva em consideração questões sociais ou ambientais em suas decisões de consumo. O fortalecimento político desses consumidores seria um ponto importante a ser explorado, o que de certa forma traria benefícios para as empresas que investem em questões de RSC.

Dessa forma, não se pode deixar de destacar o papel fundamental dos consumidores neste processo, pois serão eles, através de suas decisões de compra, ou não, de um produto ou serviço, que irão legitimar a percepção de que todos na cadeia de suprimentos são socialmente responsáveis. O consumidor é quem puxa a conduta a ser adotada pela empresa, impulsionando novos patamares de responsabilidade social para as cadeias produtivas (ALIGLERI et al., 2002).

No caso do Brasil deve-se destacar que, embora o consumidor tenha consciência da necessidade do consumo responsável, muitas vezes sua condição econômica não permite que ele acompanhe seu desejo. Em muitas cadeias produtivas a adoção de políticas sistêmicas de responsabilidade social implicará no aumento do custo final do produto. Assim, a melhoria das condições econômicas das classes mais baixas deve caminhar paralelamente à maior conscientização dos consumidores, através do acesso à informação.

Portanto, mostra-se de fundamental importância a educação do consumidor no tema da sustentabilidade, educação esta que deverá estar inserida na família, nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como nas universidades, onde são formados os futuros gestores das empresas, que estarão mais sensíveis com relação aos impactos das atividades empresariais em nosso ambiente de forma global.

2.2 Instituições e Padrões para Avaliação de Desempenho Social e Ambiental

2.2.1 No Brasil

2.2.1.1 Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social

O Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (*ETHOS*, 2013).

Criado em 1998 por um grupo de empresas da iniciativa privada, o Instituto *Ethos* é um centro de organização de conhecimentos, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas a avaliar e aprofundar suas práticas e compromissos relativos à responsabilidade social empresarial.

A proposta do Instituto *Ethos* é disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, colaborando para que as instituições venham a: i) compreender e incorporar, progressivamente, o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável, ii) incorporar políticas e práticas de elevados critérios éticos buscando a sustentabilidade dos negócios no longo prazo, iii) assumir responsabilidade com todos os que são envolvidos e atingidos em suas atividades, iv) mostrar aos seus acionistas e investidores a importância do comportamento socialmente responsável, v) buscar novas formas de atuação em parcerias com as comunidades no entorno de suas atividades, para construção do bem-estar comum, e vi) prosperar de forma social, econômica e ambientalmente sustentável (*ETHOS*, 2013).

O Instituto *Ethos* define um negócio sustentável e responsável como

a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável na sociedade (*ETHOS*, 2013).

Em 2007 o Instituto *Ethos* criou o Guia para Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade com o objetivo de melhorar a qualidade e a credibilidade dos relatórios produzidos pelas empresas, em especial o Balanço Social.

Atualmente, disponibiliza para todos os interessados os Indicadores *Ethos* de Responsabilidade Social Empresarial, uma ferramenta de gestão que tem por objetivo “apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável” (*ETHOS*, 2013). A ferramenta, de uso gratuito, está disponível para as empresas que desejem fazer uma avaliação quanto ao seu desempenho, através do preenchimento de um questionário *online*, com questões que permitem o autodiagnóstico, o planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE. Embora traga medidas de desempenho em sustentabilidade e responsabilidade social, esta ferramenta não se propõe a medir o desempenho das empresas nem reconhecer empresas como sustentáveis ou responsáveis. Além do relatório de diagnóstico, a empresa tem também à sua disposição outros relatórios que podem colaborar na gestão da informação, tanto para uso interno quanto para divulgação a partes relacionadas.

A atual geração dos Indicadores *Ethos* apresenta uma nova abordagem para a gestão das empresas e procura integrar os princípios e comportamentos da RSE com os objetivos para a sustentabilidade, além de ter maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da GRI G4, do Pacto Global, com a ISO 26000 e com o *Carbon Disclosure Project* (CDP).

Dentre as muitas iniciativas do Instituto *Ethos* destacam-se a criação dos Indicadores *Ethos* para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, a condução de diversos projetos como o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, o Fórum Clima, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, o Movimento Empresarial pela Biodiversidade - Brasil, o Carvão Sustentável, o Grupo de Trabalho de Empresas e Resíduos Sólidos, o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, entre outros específicos para setores industriais.

O Instituto *Ethos* lançou, em 2013, os Indicadores *Ethos* para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, uma terceira geração dos Indicadores *Ethos*. O sistema *on-line* de preenchimento dos Indicadores *Ethos* referente à geração anterior da ferramenta continuará disponível para os dois próximos ciclos de aplicação dos Indicadores *Ethos* (versões 2013 e 2014), a fim de garantir que empresas brasileiras e dos países da América Latina que fizeram adaptações locais do instrumento se preparem para a mudança.



Figura 1 – Transição para a nova geração de Indicadores.
Fonte: Institutos *Ethos* (2013).

Devido a excelência das iniciativas e dos trabalhos produzidos, o Instituto *Ethos* é hoje uma referência internacional em responsabilidade social corporativa.

2.2.1.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

Criado em 1981 por personalidades como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, entre outros, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e que tem como objetivo a busca pela democracia e pela cidadania. Para tal, acredita no fortalecimento da sociedade, participando das políticas públicas, de forma a criar uma maior conscientização dos cidadãos (IBASE, 2013).

A proposta do Balanço Social teve origem nos movimentos que aconteceram nos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, quando cidadãos começaram a boicotar produtos de empresas que estavam ligadas à guerra do Vietnã, como forma de repúdio. Esse movimento da sociedade civil deu origem aos primeiros relatórios de empresas americanas contendo informações sobre questões de caráter social e ético. Posteriormente, nos anos 70, o tema da responsabilidade corporativa ganhou voz no Brasil, mas somente nos anos 90, através de uma campanha liderada por Betinho, as empresas começaram a fazer a divulgação voluntária de seus balanços sociais. O resultado desse esforço é hoje visível, pois é possível observar “que o processo de construção de uma nova mentalidade e de novas práticas no meio empresarial está em pleno curso” (IBASE, 2013).

As iniciativas do Ibase se baseiam nos princípios da igualdade, liberdade, solidariedade, diversidade, participação e justiça socioambiental, e buscam consolidar parcerias entre organizações sociais no Brasil e na América Latina, através de uma postura ética, “de práticas responsáveis e da transparência no meio empresarial e nas organizações da sociedade civil” (IBASE, 2013).

Dentre as ações promovidas pelo Ibase se destacam a Campanha contra a Fome, de Betinho nos anos 1990, a criação do Balanço Social, em 1997, o lançamento do Fórum Social Mundial, em 2001, e do Pacto pela Cidadania, em 2008.

Em 1998, foi lançado o Selo Balanço Social Ibase/Betinho como forma de estimular um maior número de empresas a divulgar o balanço social. O Selo é “conferido a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos” (IBASE, 2013). Através desse Selo, que pode ser aplicado em produtos, embalagens, campanhas publicitárias e *site* na internet, as empresas informam a seus funcionários, clientes e demais públicos de interesse que investem em educação, saúde, meio ambiente, cultura e esportes. Através da publicação do Balanço Social e da conquista do Selo, a empresa reforça seu compromisso com a sociedade, demonstrando que já deu os primeiros passos para se tornar uma empresa cidadã, comprometida com a qualidade de vida de seus funcionários e da comunidade quanto às questões sociais e ambientais (IBASE, 2013).

A concessão do Selo Balanço Social Ibase é rigorosa e envolve critérios como o cumprimento de todos os requisitos obrigatórios pelas empresas candidatas ao Selo, bem como a qualidade do preenchimento e divulgação das informações. O Selo não é concedido a empresas envolvidas em casos de exploração de trabalho escravo e infantil, nem a empresas dos setores de tabaco, armas e bebidas. O Ibase suspendeu, em 2008, a entrega do Selo Balanço Social Ibase/Betinho, que está em fase de avaliação e reformulação (IBASE, 2013).

As informações constantes do Balanço Social são consideradas indicadores do desempenho das empresas quanto à sua responsabilidade social corporativa. Preveem a divulgação de indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e indicadores da cidadania empresarial, todos refletindo o nível de engajamento da empresa nas questões de sustentabilidade.

O número de empresas brasileiras que publicam o Balanço Social no modelo do Ibase vem crescendo ano a ano. Em 1996, primeiro ano de que se tem registro disponível das

divulgações, nove empresas publicaram seus balanços sociais e em 2006, ano com os dados fechados mais recentes, o número de relatórios divulgados chegou a 126.

O Ibase (2013) destaca uma série de motivos para que as empresas publiquem anualmente seus balanços sociais, o que de certa forma justifica o número crescente de relatórios apresentados, que seriam:

- O balanço social traz um diferencial de imagem para a empresa, valorizando-a cada vez mais frente aos consumidores e acionistas;
- Redução de riscos, pois a divulgação de informações demonstra uma conduta ética e transparente, necessária a todas as organizações nos dias de hoje;
- O balanço social é uma valiosa ferramenta de gestão e divulgação do exercício da responsabilidade social;
- A utilização do balanço social como ferramenta de avaliação, por parte de analistas, investidores e órgãos de financiamento, que se tornou um documento requisitado por instituições financeiras quando da avaliação de riscos e projeções das empresas;
- Seu caráter inovador e transformador.

O Balanço Social Anual é composto de sete seções, que devem conter informações com os dados da empresa relativos ao ano em análise, comparando-as com o ano anterior, tanto em valores nominais (em R\$ mil), quanto em percentuais da receita líquida (% sobre RL) e em percentuais da folha de pagamento bruta (% sobre FPB). As seções são compreendidas por: i) base de cálculo, ii) indicadores sociais internos, iii) indicadores sociais externos, iv) indicadores ambientais, v) indicadores do corpo funcional, vi) informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e vii) outras informações.

O Ibase participa da *Red Puentes*, uma rede de ONGs e sindicatos que, a partir da visão e dos direitos conquistados pela sociedade, busca promover o desenvolvimento de cultura, práticas e ferramentas de responsabilidade social nas empresas que atuam nos países da América Latina (IBASE, 2013).

2.2.1.3 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE

O Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE foi criado em 2005 numa iniciativa pioneira na América Latina. Trata-se de uma ferramenta para auxiliar a análise de empresas listadas na BM&FBOVESPA, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, alinhada com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade moderna (BOVESPA, 2013).

O índice é composto pelas empresas que se destacam em termos de sustentabilidade,

diferenciando-as em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BOVESPA, 2013).

A participação de uma empresa no índice é condicionada ao preenchimento do questionário que é disponibilizado anualmente pela BM&FBOVESPA, e sua consequente avaliação, além de outros fatores, como ter suas ações entre as mais negociadas nos últimos doze meses e ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões do mesmo período. A Bolsa estimula os participantes a divulgarem publicamente as respostas ao questionário, e é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

O ISE, além de ter a função de ser uma medida de desempenho reconhecida e utilizada pelo mercado, notadamente pelos investidores institucionais, proporciona às empresas que dele participam o reconhecimento por suas ações ligadas à sustentabilidade, destacando-se aquelas alinhadas aos fatores econômicos, ambientais e sociais - *triple bottom line*.

Outra iniciativa recente da BM&FBOVESPA foi o “Divulgue ou Explique”, que determinou que as empresas listadas nos principais índices deveriam divulgar seus relatórios no padrão GRI, iniciativa apoiada pela Bolsa, ou então explicar as razões por não o estar fazendo, reforçando as ações relacionadas com o tema da sustentabilidade.

A carteira do ISE para 2013 está formada por 51 ações de 37 empresas, que representam 16 setores diferentes e que juntas totalizavam R\$ 1,07 trilhão em valor de

mercado, o equivalente a aproximadamente 45% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa, conforme dados divulgados pela BM&FBOVESPA em 29/11/2012, data da última atualização do ISE (BOVESPA, 2013).

A figura abaixo mostra que, no longo prazo, os investidores que aplicaram seus recursos em empresas pertencentes ao ISE, valorizando desta forma as boas práticas de gestão ambiental, social e de governança, tiveram melhor retorno do que aqueles que investiram em empresas atreladas ao Ibovespa, principal índice da BM&FBOVESPA.



Figura 2 – Comparativo de *Performance* ISE x Ibovespa.

Fonte: *Bloomberg* (2013).

2.2.2 No Mundo

2.2.2.1 *Global Reporting Initiative* (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) foi fundada em 1997, como resultado da ação conjunta da CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies* - Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). A GRI é uma Organização Não-Governamental e, desde 2002, está sediada em Amsterdã. Além da sede, a GRI conta com representações regionais, os chamados Pontos Focais, localizados na Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos e mais uma rede mundial de 30.000 pessoas (GRI, 2012).

Considerando que a transparência em relação às atividades organizacionais é de interesse de todos os públicos de relacionamento das empresas, a GRI conta com uma vasta rede de colaboradores e especialistas pertencentes a todos os grupos de *stakeholders*, espalhados por todos os continentes, de forma a trocarem experiências práticas, que têm obtido como resultado o aprimoramento da Estrutura de Relatórios da GRI.

Esta iniciativa tem como objetivo promover a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que podem ser adotados por todas as organizações, buscando medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos de seus processos de gestão. A GRI tem como missão “fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações” (GRI, 2012).

Segundo a GRI, os relatórios de sustentabilidade devem descrever os impactos do *triple bottom line* de uma organização, incluindo informações tanto positivas quanto negativas, de maneira a disponibilizar para seus usuários os resultados dentro do período relatado, externando os compromissos, a estratégia e a forma de gestão da organização.

Os documentos que compõem a Estrutura de Relatórios GRI foram desenvolvidos através de consenso entre *stakeholders*, como empresas, investidores, sociedade civil, trabalhadores, comunidade científica, entre outros, e estão sempre buscando sua melhoria contínua. A Estrutura de Relatórios da GRI foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localização geográfica. Inclui conteúdo geral e específico por setor, num modelo amplamente aceito e aplicável na divulgação do desempenho de sustentabilidade das empresas (GRI, 2012).

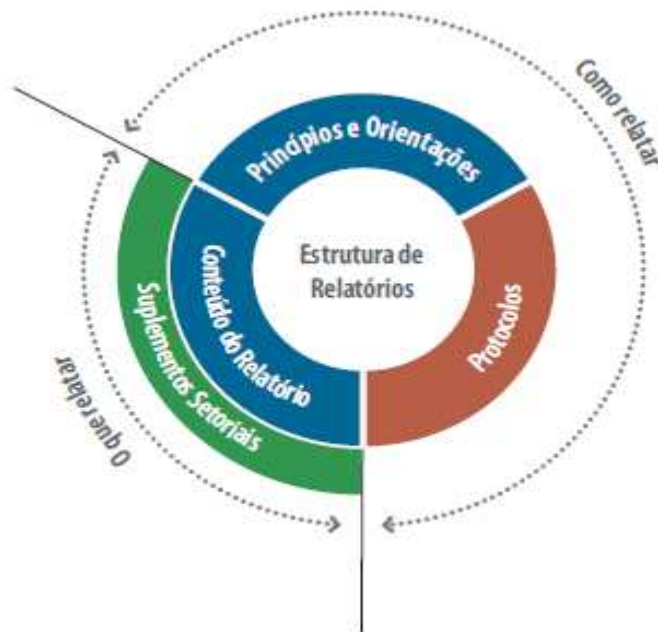


Figura 3 – A Estrutura de Relatórios da GRI.

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2000-2006).

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem em princípios e orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e são utilizadas, voluntariamente, pelas empresas que desejem comunicar as dimensões econômica, ambiental e social de suas atividades. Essas diretrizes buscam elevar o padrão dos relatórios de sustentabilidade para um nível similar ao dos relatórios financeiros, buscando a

comparabilidade, a credibilidade, o rigor, a periodicidade e a qualidade da informação relatada (GRI, 2006).

Os Protocolos de Indicadores fornecem definições e orientações para auxiliar na interpretação dos indicadores de desempenho, enquanto os Suplementos Setoriais completam as Diretrizes, com orientações para aplicação em determinado setor, e incluem indicadores de desempenho específicos do setor. Já os Protocolos Técnicos abordam questões com as quais a maioria das empresas se depara no processo de elaboração do relatório e servem para orientar as organizações quanto às questões de elaboração do documento, devendo ser usadas em conjunto com as Diretrizes e os suplementos setoriais.

O relatório da GRI é composto de duas partes:

- a Parte 1 traz os Princípios e Orientações para a definição de conteúdo, os princípios que irão assegurar a qualidade do relatório e as orientações para estabelecer o limite do relatório; e
- a Parte 2 traz o Conteúdo do Relatório, que deve ter três categorias de conteúdos, o Perfil, a Forma de Gestão e os Indicadores de Desempenho, conforme a figura a seguir:

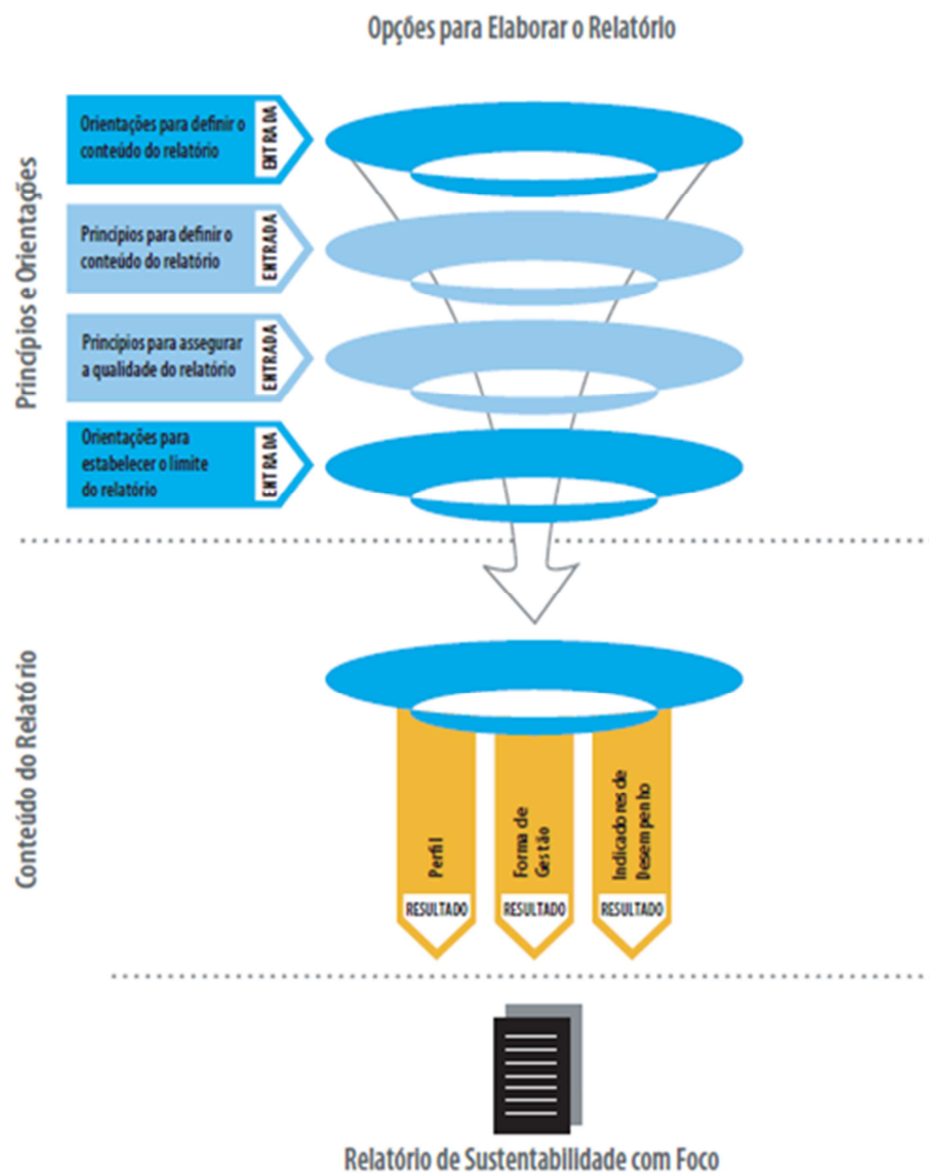


Figura 4 – Visão Geral das Diretrizes da GRI.

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2000-2006).

Para a elaboração da Parte 1 do relatório são considerados os seguintes critérios:

- Os princípios para definição do conteúdo do relatório, que são: i) materialidade, ii) inclusão dos *stakeholders*, iii) contexto da sustentabilidade e iv) abrangência;
- Os princípios para assegurar a qualidade do relatório definidos como: i) clareza, ii) exatidão, iii) periodicidade, iv) comparabilidade e v) confiabilidade;

- Para estabelecimento do limite do relatório, são aplicadas as definições de: i) controle e ii) influência significativa.

Na Parte 2, Conteúdo do Relatório, os conteúdos contemplam:

- Perfil, com informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança;
- Forma de Gestão, que são dados cujo objetivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica;
- Indicadores de Desempenho, com informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação.

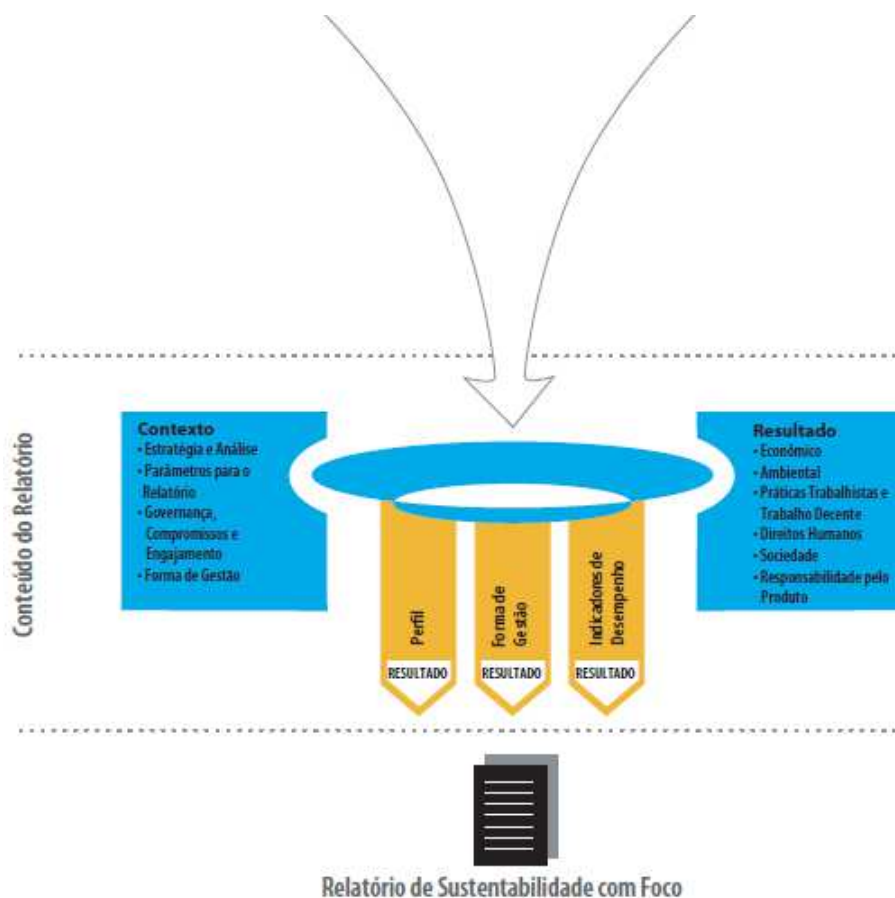


Figura 5 – Visão Geral do Conteúdo do Relatório da GRI.
Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2000-2006).

Os indicadores de desempenho estão divididos em três grupos, que abrangem as dimensões econômica, ambiental e social. Cada uma dessas dimensões está organizada em categorias, que são detalhadas através de determinados aspectos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Indicadores do Relatório GRI.

CATEGORIA	ASPECTOS
ECONÔMICO	Desempenho Econômico
	Impactos Econômicos
	Presença no Mercado
AMBIENTAL	Impactos Econômicos Indiretos
	Materiais
	Energia
	Água
	Biodiversidade
	Emissões, Efluentes e Resíduos
	Produtos e Serviços
	Conformidade
	Transporte
SOCIAL	Geral
	Emprego
	Relações entre os Trabalhadores e a Governança
	Saúde e Segurança no Trabalho
	Treinamento e Educação
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades
	Práticas de Investimento e de Processo de Compra
	Não-Discriminação
	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva
	Trabalho Infantil
	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo
	Práticas de Segurança
	Direitos Indígenas
	Comunidade
	Corrupção
	Políticas Públicas
	Concorrência Desleal
	Conformidade
	Saúde e Segurança do Cliente
	Rotulagem de Produtos e Serviços
	Comunicações de Marketing
	Conformidade
	Compliance

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2000-2006).

As Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI detalham os conceitos de cada uma das dimensões do relatório quanto ao *triple bottom line*.

O desempenho econômico se refere aos impactos da organização sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global, de forma a ilustrar o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo.

O desempenho ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, abrangendo o desempenho relacionado a insumos, como materiais, energia e água, e produção, como a geração de efluentes, resíduos e emissões de gases do efeito estufa. Inclui, ainda, a conformidade ambiental, o desempenho quanto à biodiversidade e outras informações, como gastos com meio ambiente e impacto de produtos e serviços.

Os indicadores de desempenho social tratam de aspectos referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade do produto. Os aspectos referentes às práticas trabalhistas baseiam-se em normas internacionalmente conhecidas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, entre outras (GRI, 2012).

2.2.2.2 *Pacto Global*

No Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, em 31 de janeiro de 1999, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, desafiou os líderes empresariais mundiais a apoiar e adotar o Pacto Global, tanto em suas práticas corporativas individuais quanto no apoio a políticas públicas apropriadas (BANCO DO BRASIL, 2013). O Pacto Global das Nações Unidas é uma iniciativa voluntária voltada para o setor privado, que tem como

objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção (PACTO GLOBAL, 2013).

A iniciativa busca o aprimoramento das questões de responsabilidade social pelas empresas, levando a sociedade a uma economia global sustentável. Uma vez que as corporações são os principais agentes da globalização, são elas que podem ajudar a garantir que mercado, comércio, tecnologia e finanças progridam de maneira a beneficiar as economias e as sociedades em todo o mundo (PACTO GLOBAL, 2013). O Pacto Global foi criado para ajudar as organizações a redefinirem suas estratégias e ações, a fim de que todas as pessoas possam compartilhar dos benefícios da globalização, evitando que esses sejam aproveitados por poucos. Objetiva, ainda, catalisar ações de apoio aos diversos projetos desenvolvidos pelas Nações Unidas, incluindo, por exemplo, as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM).

O Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo, contando atualmente com mais de 8.700 participantes, entre empresas e partes interessadas, distribuídas por mais de 140 países, o que ratifica o reconhecimento da importância do tema para toda a sociedade (PACTO GLOBAL, 2013).

Tabela 2 – Definições sobre o Pacto Global.

O Pacto Global é...	O Pacto Global não é ...
Uma iniciativa voluntária para promover desenvolvimento sustentável e boa cidadania corporativa	Juridicamente vinculativo
Um conjunto de valores baseados em princípios universalmente aceites	Um mecanismo para monitorar e controlar o comportamento empresarial
Uma rede de empresas e outros stakeholders	Uma normativa, sistema de gestão ou código de conduta
Um fórum para aprendizado e troca de experiências	Um organismo regulador ou uma agência de relações públicas

Fonte: Pacto Global (2013).

A adesão ao Pacto Global é voluntária. O Pacto está estruturado em dez princípios, que permeiam as questões de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate a corrupção. Os princípios foram baseados nos seguintes documentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho
- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (PACTO GLOBAL, 2013).

O Pacto Global estabeleceu dez princípios que são:

Direitos Humanos

1- As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente

2 – Devem certificar-se de que não são cúmplices em abusos dos direitos humanos

Trabalho

3 - As empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva

4 - Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório

5 - Erradicação efetiva do trabalho infantil

6 - Eliminação da discriminação no emprego e ocupação

Meio Ambiente

7 - As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais

8 - Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental

9- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis

Combate à Corrupção

10 - As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

A participação no Pacto Global oferece diversos benefícios para as organizações, como a possibilidade de compartilhar dos melhores e mais inovadores procedimentos com soluções e estratégias práticas aos desafios comuns, adotar uma estratégia já reconhecida e estabelecida globalmente para o desenvolvimento e estabelecimento das melhores práticas ambientais, sociais e administrativas, conectar empresas e seus *stakeholders*, incluindo toda a cadeia de valor, com as redes locais do Pacto Global, utilizar ferramentas de recursos do Pacto

Global, além do acesso ao vasto campo de conhecimento e experiência da ONU nas questões de desenvolvimento e sustentabilidade (PACTO GLOBAL, 2013).

2.2.2.3 *Agenda 21*

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência ECO-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Os 179 países que participaram da Rio-92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado em um documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala mundial, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A partir de sua criação abriu-se um caminho capaz de ajudar a construir as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório (PACTO GLOBAL, 2013).

Trata-se de um documento que estabeleceu a importância de cada país em se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e pela Agenda 21 Nacional.

A Agenda 21 Brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global.

Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País. A construção da Agenda 21 Brasileira se deu entre 1996 e 2002, foi coordenada pela CPDS e teve o envolvimento de cerca de 40 mil pessoas de todo o Brasil. O documento Agenda 21 Brasileira foi concluído em 2002 (MMA, 2013).

As ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira são os programas de inclusão social, com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda, a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Mas o mais importante ponto dessas ações prioritárias é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício. A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente (PACTO GLOBAL, 2013).

2.2.2.4 *Princípios do Equador*

Criados em 2003, por iniciativa de dez grandes bancos mundiais, os Princípios do Equador (PEs) são um conjunto de políticas e diretrizes a serem observadas na análise de projetos de investimento de grande porte, que assegurem que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável. Os Princípios do Equador têm por finalidade reduzir riscos diretos e indiretos e de reputação dos bancos, associados a possíveis questões ambientais envolvidas em seus negócios (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Tendo por base critérios estabelecidos pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço do Banco Mundial, as diretrizes reconhecem a importância de questões sobre avaliações ambientais, proteção à biodiversidade, controle da poluição, gerenciamento de pragas, segurança de barragens, populações indígenas, reassentamento involuntário de populações,

propriedade cultural, trabalho infantil, forçado ou escravo, projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Constituem-se em um conjunto de dez princípios a serem incorporados pelas instituições financeiras quando da concessão de grandes empréstimos de infraestrutura, uma vez que estes podem trazer impactos adversos às pessoas e ao meio ambiente. A última edição dos PEs, divulgada em junho de 2013, prevê a aplicação dos Princípios na concessão de empréstimos para *Project Finance* de valor superior a US\$ 10 milhões, atendendo a critérios econômico-financeiros tradicionais e de viabilidade socioambiental, classificando os projetos em três categorias:

Categoria A - projetos com riscos sociais e ambientais adversos, potencialmente significativos, e/ou de impactos que são diversos, irreversíveis ou sem precedentes;

Categoria B - projetos com riscos ambientais e sociais negativos, potencialmente limitados e/ou com impactos que são poucos em número, em grande parte reversíveis e prontamente tratados por meio de medidas de mitigação, geralmente de regiões específicas;

Categoria C – projetos com mínimo risco e/ou sem impactos ambientais e sociais adversos.

Todas as categorias devem ser submetidas à análise de risco socioambiental, de forma a determinar a amplitude da Avaliação Ambiental (AA). Os projetos classificados nas duas primeiras categorias devem apresentar às instituições financeiras que aderiram aos PEs documento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que contemplem os efeitos positivos e negativos do projeto em relação a outras alternativas, e recomende medidas para prevenir, mitigar ou compensar os impactos adversos, de forma a melhorar a *performance* ambiental do projeto (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Os Princípios do Equador são aplicados globalmente para todos os setores da indústria e para quatro produtos financeiros: Serviços de Consultoria para *Project Finance*, *Project Finance*, Empréstimos a Empresas relacionados ao Projeto e Empréstimos Ponte.

Os PEs têm trazido maior atenção e foco para os padrões de responsabilidade ambiental e social para as comunidades afetadas nos casos de *Project Finance*. Os Princípios vêm promovendo a convergência em torno de padrões sociais e ambientais comuns a todos os países. Além disso, contribuíram para o desenvolvimento de outras práticas e iniciativas, como o *Carbon Principles*, nos EUA, e o *Climate Principles*, de abrangência mundial, fornecendo uma plataforma para engajamento entre todas as partes interessadas, incluindo ONGs, indústrias e clientes (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Os Princípios do Equador completaram 10 anos e foram recentemente revisados. A partir de 4 de junho de 2013 entraram em vigor os Princípios do Equador III (EP III). As instituições que aderiram a esta iniciativa tem prazo até o final do período de transição, 31 de dezembro de 2013, para implementar todas as mudanças contempladas nesta nova edição, que continuam se aplicando aos quatro produtos financeiros citados anteriormente. As instituições financeiras são estimuladas a implementar os EP III a partir de sua publicação, sendo que sua aplicação será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014 (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Atualmente 78 instituições financeiras de 35 países são signatárias dos PEs, representando setenta por cento da dívida internacional de *Project Finance* em mercados emergentes. Cinco bancos brasileiros adotam os Princípios do Equador, e são eles: Banco Bradesco, Banco do Brasil, Banco Pine, Caixa Econômica Federal e o Itaú Unibanco (*EQUATOR PRINCIPLES*, 2013).

Os Princípios do Equador são de caráter voluntário, constituindo instrumento útil para que as instituições financeiras tenham melhor gestão de suas operações de crédito,

possibilitando a redução dos riscos e impactos socioambientais, o que contribui para a melhoria da qualidade do crédito e do desenvolvimento sustentável.

2.2.2.5 *Dow Jones Sustainability Index – DJSI*

Lançado em 1999 como o primeiro índice global de ações composto pelas maiores empresas mundiais consideradas social e ambientalmente responsáveis, o *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI) tem o objetivo de orientar a alocação de recursos pelos gestores globais, estimulando a responsabilidade ética, corporativa e o desenvolvimento sustentável, além de fornecer uma plataforma de engajamento efetivo para as empresas que querem adotar as melhores práticas em sustentabilidade. Estima-se que seis trilhões de dólares em ativos estejam atualmente atrelados ao Índice (DJSI, 2013).

O DJSI *World* foi criado como o primeiro indicador de *performance* financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste índice indexado à Bolsa de Nova York são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, no longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos como ambientais e sociais.

O DJSI *World* é o mais importante índice mundial de sustentabilidade. Sua composição é resultado do trabalho de avaliação feito pela RobecoSAM, união das empresas Robeco, gestora de investimentos com sede na Holanda e líder global quando o assunto é investimento sustentável, e a SAM, *Sustainable Asset Management*, consultoria com sede na Suíça, responsável pela elaboração do questionário e avaliação das respostas (DJSI, 2013).

A importância atribuída pelos investidores a este índice é reflexo de uma preocupação crescente das empresas e grupos econômicos com um mundo sustentável. O desempenho financeiro está, desta forma, intrinsecamente associado ao cumprimento de requisitos de

sustentabilidade que atravessam todas as áreas da vida empresarial e que cruzam aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A família de índices DJSI usa o critério do *Best in Class* para selecionar as empresas líderes em suas indústrias, numa avaliação global e regional, através de critérios pré-selecionados, definidos no *Corporate Sustainable Assessment* (CSA). A *Dow Jones & Company* elabora sete índices de sustentabilidade diferentes a níveis global, regional e nacional, considerados *benchmarks* pelo mercado, que são:

- DJSI *World* - índice que reúne a nível global, para cada setor econômico, empresas que se encontram nos primeiros 10% da tabela.
- DJSI *Europe* - indicador para os investimentos sustentáveis na Europa, o *Dow Jones STOXX Sustainability Index* (DJSI STOXX) reúne as empresas líderes em termos de sustentabilidade dentro da zona do euro. O grupo de empresas abrangidas por este índice inclui as que se encontram nos primeiros 20% da tabela.
- DJSI *North America* - reúne as empresas nos primeiros 20% da tabela, considerando as 600 maiores da América do Norte no *Dow Jones World Index*. O *Dow Jones Sustainability United States Index* (DJSI *United States*) é um subconjunto do DJSI *North America*, que considera apenas os Estados Unidos.

Completando os índices acima mencionados, o DJSI possui ainda o DJSI *Asia Pacific*, o DJSI *Emerging Markets*, o DJSI *Japan 40* e o DJSI *Korea* (DJSI, 2013).

Anualmente é feita a revisão dos índices através de questionários respondidos por todos os participantes e também por empresas convidadas, de forma a incentivar as empresas a serem incluídas ou permanecerem nos índices, através do aperfeiçoamento contínuo de suas iniciativas de sustentabilidade.

Ao final de dezembro de cada ano é definida uma lista de empresas elegíveis para o DJSI *World*, que são convidadas a participar da Avaliação de Sustentabilidade Empresarial

(CSA). O universo elegível ao *DJSI World* é decorrente da avaliação das 2.500 maiores empresas cotadas no S&P Global Broad Market Index SM em termos de capitalização livre. Além disso, participam todos os componentes atuais do *DJSI World* (com base no final de dezembro do ano anterior), com uma capitalização de mercado livre acima de US\$ 500 milhões (DJSI, 2013).

Além da revisão anual, são efetuadas revisões trimestrais, a fim de refletir possíveis alterações no universo das ações participantes do índice, quando ocorrem mudanças no número de ações de uma empresa ou no seu *freefloat*, ou seja, no número de ações em livre circulação no mercado. Essas revisões são anunciadas na terceira sexta-feira dos meses de março, junho, setembro e dezembro. Já a revisão anual do DJSI é publicada na terceira sexta-feira do mês de setembro (DJSI, 2013).

No caso de uma empresa vir a ter mais de 5% de suas vendas derivadas de algum negócio incluído nos critérios de exclusão, definidos como os relacionados a álcool, tabaco, jogo, armamentos, bombas de fragmentação, minas terrestres, armas de fogo, armas nucleares e entretenimento adulto, esta empresa será excluída do subconjunto do índice, aplicando-se o critério para todas as suas atividades, com tolerância de 0% (DJSI, 2013).

Muitas empresas definem a inclusão no DJSI como um objetivo corporativo, uma vez que sua divulgação endossa publicamente o compromisso das práticas de negócio com a sustentabilidade (DJSI, 2013).

Em setembro de 2013 foi divulgada a nova lista das empresas que compõem o *DJSI World* para o período de 2013-2014. Dentre as 333 empresas de 25 países distribuídas entre 59 ramos de indústria que integram o índice oito são brasileiras (DJSI, 2013). São elas: Petrobras, Embraer, Banco do Brasil, Fibria, Cemig, Bradesco, Itaú Unibanco e Itaúsa.

As empresas brasileiras vêm conquistando cada vez mais espaço no mercado, demonstrando um maior grau de maturidade em suas práticas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

A inserção desses aspectos nas estratégias de negócio das empresas é um processo de médio a longo prazo e a entrada e permanência das empresas no Índice são motivadores para o desenvolvimento de boas práticas, inspirando mudanças nas suas relações com seus *stakeholders*, além de demonstrar o comprometimento da companhia com a utilização de novas tecnologias e inovação em seus processos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013).

2.3 O Setor Bancário

A partir da década de 90, a regulação do setor financeiro, associada às legislações ambientais nacionais e internacionais e ainda à maior conscientização da sociedade em relação ao meio ambiente, fez com que as áreas financeira e de meio ambiente se aproximassem (INFANTE et al., 2010).

O PNUMA (*United Nations Environment Programm* – UNEP, em inglês) foi criado em 1972 e é a voz do meio ambiente no sistema das Nações Unidas. Atua como catalisador, educador e promotor do uso consciente dos recursos ambientais e tem o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção ao desenvolvimento sustentável (UNEP, 2013). Posteriormente, em 1992, foi criada a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI), como uma plataforma para aproximar as Nações Unidas do setor financeiro. Esta iniciativa vem ganhando crescente reconhecimento, tendo em vista que as instituições financeiras associam cada vez mais o social, o ambiental e a governança corporativa aos seus negócios e têm consciência do papel relevante que podem representar na construção de uma sociedade mais sustentável. A iniciativa conta atualmente com mais de 200 participantes, entre instituições financeiras públicas e privadas, de países desenvolvidos e em desenvolvimento, empresas seguradoras e de investimentos, que buscam definir princípios e padrões globais, partilhando as melhores

práticas, desenvolvimento de pesquisa e ferramentas de avaliação, criação de redes colaborativas globais através de eventos mundiais e atividades regionais, entre outros trabalhos (UNEP FI, 2013).

Ao longo dos últimos anos os bancos brasileiros vêm incorporando o tema da sustentabilidade em sua política corporativa, revelando o comprometimento das organizações com os objetivos propostos, explicitando isto, inclusive, em seus documentos estratégicos, deixando claro para a sociedade que não se trata apenas de uma estratégia de *marketing*. Dessa forma os grandes bancos brasileiros assumem posição ativa na administração dos impactos ambientais em suas atividades (MARQUES, 2006).

Ainda que o impacto ambiental da atividade financeira seja considerado baixíssimo, quando comparado às indústrias de transformação ou à atividade extrativista, os bancos são os grandes fomentadores da atividade produtiva através do financiamento a empresas. Têm como função principal intermediar os recursos dos agentes poupadores com as necessidades dos agentes tomadores de recursos, e por isso estas instituições têm papel fundamental na sociedade, uma vez que seu direcionamento pode incentivar ou desestimular o desenvolvimento regional sustentável (SANTOS; FINAZZI, 2008). Ao financiar empresas que sejam potenciais causadoras de danos ambientais, os bancos aumentam de forma relevante o seu compromisso com a natureza.

O escopo da sustentabilidade permeia todas as relações de nossa sociedade, sejam elas de caráter social, ambiental, cultural, ético ou econômico, o que coloca os bancos, assim como qualquer empresa, no foco da atenção quanto às suas atividades (SILVA, 2008).

“Atualmente há um conjunto de exigências socioambientais aplicadas à concessão de empréstimos e financiamentos de grandes investimentos por parte do setor bancário” (INFANTE et al., 2010), onde se destacam os Princípios do Equador.

Um banco, ao conceder um empréstimo a uma empresa que exerce práticas ambientais nocivas, ocorre em riscos associados à sua imagem, bem como o de não receber o capital emprestado, caso a empresa venha a receber algum tipo de multa ou tenha algum impacto maior que torne o negócio inviável, impedindo-a de honrar seus compromissos. “Ignorar o risco ambiental e social de seus clientes pode acentuar a exposição dos bancos aos riscos de crédito, conformidade e reputação” (THAME, 2007).

Empresas com maior passivo ambiental podem ter maior custo de financiamento quando comparadas com outras de setores causadores de menor impacto. A concessão inadequada de crédito, financiando atividade que possa gerar degradação do meio ambiente ou desestabilização econômica de uma localidade, traz riscos para os bancos, que devem ser evitados. Para tal, as instituições financeiras criam processos rigorosos e detalhados de análise e liberação de crédito, incluindo estudos de viabilidade socioeconômica, aderência a princípios do direito e éticos, além de mensurar os possíveis danos ambientais que os projetos financiados possam vir a causar (SILVA, 2008).

“A inclusão da sustentabilidade nas estratégias de negócios bancários passa obrigatoriamente pela análise e classificação das empresas tomadoras de crédito em relação às dimensões econômica, social e ambiental” (THAME, 2007), de maneira que parâmetros mínimos de sustentabilidade precisam ser atendidos e reportados pelos clientes a fim de que os bancos venham a lhes conceder crédito.

Outro ponto ligado ainda ao tema da concessão de crédito é a preocupação com o microcrédito. A FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e o Banco Central, além de outras entidades de defesa do consumidor, vêm chamando a atenção para uma prática que se tornou bastante comum nos últimos anos, que foi a liberação de crédito para públicos considerados como de menor nível de informação, renda ou orientação. O novo cenário econômico brasileiro, que propiciou a ascensão social de milhões de brasileiros, fez surgir

uma nova faixa da população ávida pelo consumo, que poderia se tornar uma presa fácil para as instituições financeiras através da tomada de crédito, muitas vezes acima de sua capacidade de pagamento. As inúmeras linhas de financiamento e crédito disponibilizadas para a população de baixa renda são consideradas um fator positivo para o desenvolvimento humano, pois colaboram para a ruptura do modelo de exclusão, porém apresentam também um viés negativo caso a concessão de crédito não seja feita através de critérios rigorosos e a tomada de recursos não seja realizada de forma consciente (SILVA, 2008).

Evidentemente, não se trata aqui da proliferação de financiamentos consignados, que têm levado muitas famílias ao desespero, principalmente quando o tomador do empréstimo é um aposentado de baixa renda. Esse tipo de microfinanciamento cria bolhas de consumo e acelera pontualmente o processo produtivo, mas não é sustentável (ALMEIDA, 2007).

“Os bancos frequentam o topo do *ranking* de reclamações dos consumidores, dividindo este lugar desconfortável com as operadoras de telefonia, os planos de saúde e outros setores menos votados” (CUNHA, 2011). Anualmente são registradas, em órgãos de defesa do consumidor, milhares de reclamações contra os bancos, seja por cobranças indevidas, pela emissão de cartões de créditos não solicitados, tarifas abusivas, entre muitas outras. Além disso, os bancos registram, também, “milhares de processos trabalhistas, muitos por assédio moral, preconceitos de todo o tipo, e submetem seus funcionários a um trabalho estressante” (CUNHA, 2011).

Com relação aos trabalhadores do setor bancário foi realizada uma pesquisa pela Universidade de Brasília, entre 1996 e 2005, a qual revelou que, em média, um bancário se suicida a cada 20 dias. A pesquisa destacou que “o trabalho é poderosa fonte de identidade e pertencimento social” (FINAZZI, 2011) e, após décadas de desenvolvimento de laços com a empresa, o indivíduo é convidado a se retirar, como se não tivesse valor algum. Não existem informações mais recentes sobre o assunto, mas as mudanças nas relações dos bancos com

seus funcionários nas últimas décadas colaboraram sobremaneira para o agravamento desse quadro.

A partir da percepção, pelas instituições financeiras, de seu relevante papel como atores fundamentais da economia global, o compromisso com a sustentabilidade passa a ser refletido nas melhoras práticas do setor bancário, não só pelo movimento de responsabilidade socioempresarial, mas também pelo reconhecimento da necessidade de comportamento ético, que será de extrema importância para a sustentabilidade dos negócios do setor.

3. METODOLOGIA

Este capítulo irá apresentar a metodologia utilizada para atingir os objetivos deste trabalho. Na primeira parte será descrito o tipo de pesquisa realizada, esclarecendo sua classificação quanto aos fins e meios de investigação. A seção seguinte dispõe sobre a coleta dos dados primários e secundários utilizados, em seguida é apresentada a forma como foi feito o tratamento dos dados e, por fim, a última seção aborda as limitações do método utilizado para este estudo.

3.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia proposta por Vergara (2011) utiliza dois critérios básicos para sua classificação: quanto aos fins e quanto aos meios.

A pesquisa realizada para este trabalho pode ser classificada quanto aos seus fins como descritiva e explicativa, e quanto aos meios, foi utilizado o estudo de caso, além de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa foi descritiva, uma vez que estudou, classificou e descreveu as iniciativas do Banco do Brasil quanto ao tema da responsabilidade social corporativa. A pesquisa descritiva tem como objetivo expor as características de determinada empresa. Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas podem ser associadas com outras, como a explicativa, geralmente utilizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática, alinhado com Vergara (2011), que entende que os dois tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes.

“A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos” (VERGARA, 2011). Neste trabalho a pesquisa explicativa buscou verificar se as ações adotadas pelo Banco do Brasil quanto à responsabilidade social

corporativa estão alinhadas com a teoria. A pesquisa visa, dessa forma, esclarecer os fatores que contribuem para a ocorrência desse alinhamento.

Quanto aos meios, foi feito um estudo de caso do Banco do Brasil S/A, que teve caráter de detalhamento e aprofundamento quanto às ações relacionadas com a responsabilidade socioambiental da organização em estudo.

Foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e documental através do levantamento de documentos públicos da empresa, divulgados através do *website* na internet, material publicado em livros, jornais e revistas, enfim, todo o material acessível ao público em geral.

3.2 Coleta de Dados

Considerando o objetivo deste trabalho, que é avaliar se as ações de responsabilidade social corporativa do Banco do Brasil estão alinhadas com a teoria sobre o tema, foram coletados dados relativos aos anos de 2012 e 2013, mediante:

- a) Pesquisa Bibliográfica em livros, jornais, artigos, revistas, teses e dissertações sobre o tema disponíveis na internet. Como resultado dessa pesquisa espera-se maior compreensão da relação das empresas com o meio ambiente em que se inserem; e
- b) Investigação Documental através do levantamento de informações no *website* do Banco do Brasil, no Relatório Anual de 2012, em documentos estratégicos disponibilizados na internet, informações no *site* de entidades ligadas ao setor bancário, além de outros que tenham sido identificados como importantes para a investigação sobre as atividades relacionadas ao tema da sustentabilidade na empresa.

As pesquisas bibliográfica e documental justificam-se por contribuírem para o levantamento das possíveis divergências entre a teoria de RSC e a prática de ações relativas às iniciativas elencadas pela empresa como tendo sido adotadas nos últimos anos.

A coleta de dados foi transversal, uma vez que considerou um único momento no tempo, o encerramento do ano de 2012, sendo utilizado como fonte principal de informação o relatório anual da empresa relativo a esse ano.

3.3 Tratamento dos Dados

Os dados coletados visam estabelecer uma relação entre as teorias relativas à responsabilidade social corporativa e as políticas e ações adotadas pelo Banco do Brasil, notadamente a partir de 2003, ano de criação da Unidade Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental – RSA, explorar as mudanças advindas desse novo alinhamento estratégico e as vantagens e desvantagens para a empresa associadas a todos os seus públicos de relacionamento decorrentes desse posicionamento.

Em função da natureza do problema a ser respondido, e da visão de mundo com a qual a autora se identifica, a escolha foi por uma abordagem fenomenológica, a qual utiliza processos qualitativos de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como base para as análises elaboradas e deu suporte às observações realizadas no decorrer do estudo, principalmente no que tange às iniciativas de organizações que buscam desenvolver, divulgar e aprimorar o tema da sustentabilidade social empresarial.

A análise qualitativa foi baseada no nível de aderência das informações levantadas, através dos diversos meios utilizados, com aquelas relativas às principais teorias, de forma a identificar as transformações que vêm sendo introduzidas pela e na organização.

3.4 Limitações do Método

A metodologia escolhida poderá apresentar as seguintes limitações:

- a) o estudo de caso não é passível de generalizações estatísticas; a proposta deste trabalho é o estudo de caso único, cabendo apenas a generalização analítica, na qual “se utiliza uma teoria previamente desenvolvida como modelo com o qual se devem comparar os resultados empíricos do estudo de caso” (YIN, 2005);
- b) os dados obtidos através de pesquisa documental em relatórios, artigos de jornais e revistas, bem como de publicações em *sites* na internet, podem conter vieses a favor ou contra a empresa em estudo;
- c) outro fator limitante é o tamanho da empresa que, por sua distribuição e capilaridade, dificulta a obtenção de informações individualizadas por agências ou regiões, motivo que corroborou para a escolha do relatório da empresa como fonte de informação;
- d) o tratamento dos dados coletados pode trazer mais uma limitação, que diz respeito à própria percepção da pesquisadora, cuja interpretação poderá influir nos resultados da pesquisa. Contudo esta buscará manter certo distanciamento, embora tenha que admitir que não seja possível conseguir total neutralidade.

4. RESULTADO DA PESQUISA

4.1 O Banco do Brasil: História e Dados Recentes

O Banco do Brasil foi criado em 12 de outubro de 1808 pelo príncipe-regente, Dom João, que se tornou mais tarde Dom João VI, a partir da mudança da família real portuguesa para o Brasil, que buscava refúgio das ofensivas de Napoleão por toda a Europa. Em 1817, o Banco do Brasil realizou a primeira oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro e financiou, em 1819, a construção da primeira Bolsa brasileira, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1833, com a volta da corte portuguesa para a Europa e os vultosos saques realizados dos recursos depositados no Banco, encerra-se a primeira fase do Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 2012).

Mais tarde, em 1853, o Banco do Brasil participa da primeira fusão bancária da história do país, ao fundir-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, cria o primeiro concurso público para recrutar e formar melhores quadros de funcionários. Na década seguinte torna-se o único emissor de moeda no território nacional, função que mais tarde, em 1866, é transferida para a Casa da Moeda. Nessa fase o Banco ganha força como fornecedor de empréstimos garantidos por hipotecas e, após a Abolição da Escravatura, aumenta sua importância no mercado, financiando a produção agropecuária e a substituição da mão de obra escrava por imigrantes europeus. Desde sua criação, o Banco do Brasil teve a característica de atuar como instrumento para a consecução de políticas públicas para o desenvolvimento do Brasil (BANCO DO BRASIL, 2012).

Em 1905, próximo de completar 100 anos de sua criação, a União Federal assume o controle acionário e administrativo da instituição e, no ano seguinte, o Banco lança ações na

Bolsa de Valores, estando desde então entre as mais negociadas do pregão nacional (BANCO DO BRASIL, 2012).

O início da expansão internacional é registrado com a abertura da primeira agência no exterior, em 1941, na cidade de Assunção, Paraguai. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Banco abre escritórios no exterior, nas cidades de Roma, Nápoles e Piemonte, que serviram aos pracinhas brasileiros que estiveram presentes na Guerra, na Itália (BANCO DO BRASIL, 2012).

A partir da inauguração da nova capital federal, em 1960, a sede do Banco do Brasil é transferida para Brasília e, em 1964, com a criação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, o Banco deixa de ser o responsável pelo controle da moeda, função transferida para o Banco Central. O período entre as décadas de 60 a 90 trouxe outras grandes novidades para o Banco – em 1968 foi criado o Cheque Ouro, o mais antigo cheque especial do mercado, e em 1987 é lançado o Ourocard, o primeiro cartão de múltiplo uso do mercado nacional. Outros dois fatos relevantes dessa década foram a criação da Fundação Banco do Brasil, em 1985, e do primeiro Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1989. Foi destaque, ainda, a participação do Banco do Brasil durante a implantação do Real, em 1994, quando o Banco realizou a maior troca física de moeda já realizada no mundo, substituindo todo o meio circulante no Brasil (BANCO DO BRASIL, 2012).

Neste século o Banco do Brasil vem aprimorando seus processos de forma a superar os novos desafios de tecnologia e globalização do mercado. Em 2000 lançou o portal bb.com.br e foi o primeiro banco no país a criar o autoatendimento personalizado. Em 2006, quando suas ações completaram 100 anos de listagem na Bolsa de Valores de São Paulo, o BB aderiu ao Novo Mercado, adotando as boas práticas de governança corporativa estipuladas pela Bolsa e assumindo o compromisso de alcançar 25% de *freefloat*. Para tal, o Banco do Brasil realizou três ofertas públicas de ações, em 2006, 2007 e 2010, que possibilitaram atingir naquele ano

30,4% de *freefloat* e reforçaram sua estrutura de capital para fazer face aos desafios de seu plano de crescimento (BANCO DO BRASIL, 2012).

Conforme dados do último relatório anual, de 2012, a União Federal detém 59,1% das ações da empresa, e, 29,6% estão em circulação livre no mercado, entre investidores estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas brasileiras (BANCO DO BRASIL, 2012).

O Banco do Brasil encerrou o ano de 2012 como a maior instituição financeira da América Latina, com R\$ 1,15 trilhão em ativos e R\$ 580,8 bilhões na carteira de crédito ampliada. Possui a maior rede própria de atendimento no país, oferecendo aos seus clientes 5.362 agências, além de 6.000 pontos de atendimentos atrelados ao Banco Postal. Dessa forma, faz-se presente em 5.425 municípios brasileiros, o que corresponde a 97% do total (BANCO DO BRASIL, 2012).

A expansão internacional do BB, iniciada na década de 40, hoje se consolida através de 49 dependências localizadas em 24 países, distribuídas por quatro continentes, tendo se tornado o banco brasileiro com a maior rede própria de atendimento no exterior. Tal estratégia de internacionalização, além de buscar o aumento das relações comerciais do Banco com o mundo, é pautada pela existência de comunidades brasileiras no exterior e pela internacionalização das companhias brasileiras, que têm no Banco do Brasil um forte parceiro (BANCO DO BRASIL, 2012).

O Banco do Brasil fechou 2012 mantendo a liderança nacional em diversas frentes de atuação. Além de ser o maior banco do Brasil e da América Latina, é líder absoluto em crédito agrícola, detendo 62,5% de *marketshare*, é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, com participação de 32,1% nas operações de câmbio contratadas nas modalidades Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), é líder do mercado em crédito consignado (31,2%), detém, segundo informações do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a maior carteira de crédito classificada como “País”, com

recursos totalizando R\$ 480,6 bilhões, correspondendo a 20,4% do mercado, além de, nas transações relacionadas com o Cartão BNDES, ser o responsável por 28,6% das operações de repasse dessa instituição (BANCO DO BRASIL, 2012).

Em 2012, o Banco do Brasil foi reconhecido através de diversas premiações, dentre as quais podemos citar: listado no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade 2012-2013, vencedor na categoria Melhor Empresa Financeira, da 5ª edição do Prêmio Época Negócios 100, eleito o Banco que Mais Respeita o Cliente, de acordo com pesquisa realizada pela *Shopper Experience* e publicada pela revista Consumidor Moderno, 1º lugar na categoria Bancos e 3º lugar no *ranking* geral de Marcas de Confiança 2012 do *ranking* Seleções do *Reader's Digest*, prêmio *Top of Mind* como marca mais lembrada na categoria Banco, título que sustenta desde a 1ª edição da premiação, reconhecido como uma das empresas líderes pelo Prêmio Época Empresa Verde, recebeu o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), listado no CDP Global 500 *Report* 2012, pela *Carbon Disclosure Project*, prêmio 50 Empresas do Bem 2012 da revista IstoÉ Dinheiro, além de ter sido considerada a marca favorita da nova classe média brasileira em pesquisa realizada pela Data Popular (BANCO DO BRASIL, 2012).

A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) recebeu em 2012 os seguintes reconhecimentos: Melhor Programa de Educação Corporativa do País e Referência Nacional em *Learning & Performance* Brasil 2012, além de ter sido considerada uma das Melhores Universidades Corporativas do Brasil pela *Corporate University Best in Class CUBIC Awards* Brasil. Na UniBB a gestão de competências e aprendizagem contínua é realizada por meio de programas de educação corporativa, desenvolvidos internamente ou contratados no mercado, buscando incentivar a melhoria da qualificação profissional de seus funcionários, municiando-os com conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao desempenho profissional de alto nível, o que, conseqüentemente, amplia as oportunidades de

desenvolvimento pessoal e de carreira. Ao longo de 2012, o Banco do Brasil ampliou a capacitação dos funcionários através de 9,6 milhões de horas de treinamentos, que foram oferecidas para 112.184 empregados, o que equivale a 98,25% do quadro funcional. “Os esforços para gestão de competências e aprendizagem contínua no BB apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e também o gerenciamento do fim da carreira” (BANCO DO BRASIL, 2012), incluindo nesse tema um curso opcional para os que pretendem se aposentar, que aborda o tema “vida sem trabalho”.

Outro movimento de destaque no ano foi a estratégia BOMPRATODOS, em que o Banco do Brasil liderou o movimento de queda dos juros do sistema bancário, alinhado à mudança do cenário financeiro que o país enfrentava, tendo exercido o papel de indutor na adoção de medidas semelhantes por outras instituições financeiras, o que veio a beneficiar milhões de brasileiros das camadas menos favorecidas da sociedade. Sob a estrita observância dos princípios da administração de riscos, foi possível elevar o volume de empréstimos sem causar impactos relevantes nos índices de inadimplência.

4.2 Estratégia Corporativa

No âmbito do Banco do Brasil, a responsabilidade socioambiental é tratada como uma política empresarial através da qual o Banco se propõe a incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável no planejamento de suas atividades, negócios e práticas administrativas, envolvendo todos os seus públicos de relacionamento: funcionários e colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, acionistas, credores e investidores, concorrentes, comunidades, governo e meio ambiente. É um processo de aprendizado e construção coletiva que envolve todas as áreas do Banco do Brasil e cada um de seus públicos de relacionamento (BANCO DO BRASIL, 2013).

O BB adota o referencial da sustentabilidade como política, ou seja, a sustentabilidade é uma questão estratégica e por isso permeia todos os processos decisórios. Para obter uma vantagem competitiva com essa política, foi necessário desenvolver e acompanhar processos, produtos e serviços considerando seus impactos sociais e ambientais, e não somente pelas perspectivas financeiras (BANCO DO BRASIL, 2013).

Atualmente o Banco do Brasil tem como missão “ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência” (BANCO DO BRASIL, 2012).

Para o Banco do Brasil, “responsabilidade socioambiental é ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com seus *stakeholders*”. Isso significa avaliar o desempenho organizacional não somente com base em indicadores de natureza econômica, mas enriquecê-los com outros que avaliem a geração de valores sociais, como a defesa dos direitos humanos e do trabalho, o bem-estar dos funcionários, a promoção da diversidade, o respeito às diferenças, a inclusão social e os investimentos diretos na comunidade, e ambientais, como os que consideram os impactos diretos e indiretos de suas atividades no ar, na água, na terra e na biodiversidade.

Desde fevereiro de 2003 o assunto passou a ser definitivamente pauta das decisões estratégicas e operacionais do Banco, quando o Conselho Diretor aprovou a criação da Unidade Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental – RSA. Em maio do ano seguinte, a Unidade foi transformada na Diretoria Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental – DIRES.

Em novembro de 2009 foi criada a Unidade de Desenvolvimento Sustentável – UDS, que unificou em uma única Unidade Estratégica a gestão de Responsabilidade Socioambiental e de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil. Essa Unidade tem por

função primordial responder pela gestão de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil e pela coordenação da implementação da estratégia negocial de DRS em todo país.

Como resultado desses esforços, foram desenvolvidos e aprovados pelo Conselho Diretor do BB o conceito e a Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, ratificada pelo Presidente e Vice-Presidentes em setembro de 2009, durante o evento de lançamento do Fórum de Sustentabilidade (BANCO DO BRASIL, 2013).

A Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental foi inicialmente aprovada pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil, em julho de 2003, traduzindo-se em um documento no qual o Banco definiu suas premissas e crenças de forma a atender aos interesses de seus acionistas, bem como de todos os seus públicos de interesse, através do estabelecimento de relações éticas e responsáveis, que tenham como referencial maior o respeito à vida humana e ao meio ambiente, condição indispensável à sustentabilidade do próprio planeta (BANCO DO BRASIL, 2013).

Por essa Carta de Princípios, o Banco do Brasil se compromete a:

- Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante;
- Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
- Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade;
- Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo;
- Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa;
- Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social;
- Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável;
- Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos;
- Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores;

- Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade;
- Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito;
- Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania;
- Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência (BANCO DO BRASIL, 2013).

Por meio da responsabilidade socioambiental, o Banco do Brasil pretende alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de sua atuação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e do mundo.

4.3 Pactos e Acordos

Ao longo dos últimos anos o Banco do Brasil vem assumindo diversos compromissos junto a entidades setoriais e de apoio ao movimento de responsabilidade socioambiental, tanto em nível nacional, quanto internacional, a saber:

a) Protocolo Verde - O Protocolo Verde é um protocolo de intenções que foi celebrado por instituições financeiras públicas (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil) e pelo Ministério do Meio Ambiente em 1995. Seu objetivo é definir políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras e exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e em harmonia com o desenvolvimento sustentável. O Protocolo inclui cinco princípios e diversas diretrizes que estimulam os bancos a oferecer linhas de financiamento que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável dos recursos naturais. Os princípios também consideraram os impactos e os custos socioambientais na gestão de ativos, na análise de risco de projetos e financiamentos, e a promoção do consumo consciente dos recursos naturais. Os bancos participantes reconhecem que podem cumprir papel fundamental na orientação de investimentos privados que pressuponham preservação ambiental e contínua

melhoria do bem-estar da sociedade. Em agosto de 2008, os presidentes dos bancos oficiais aderiram ao novo Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental - Protocolo Verde. Em 6 de junho de 2010, o BB participou do *Workshop* FEBRABAN Protocolo Verde, visando elaborar indicadores de desempenho para a implementação do Protocolo Verde. A partir da realização do evento, a FEBRABAN, a FGV e os bancos signatários deste protocolo, pretendem construir um instrumento de avaliação das instituições financeiras, no tocante ao cumprimento dos princípios lá estabelecidos;

b) Balanço Social Ibase - Após a adesão, em 1997, o Banco do Brasil recebeu o Selo Ibase entre 1998 e 2006, evidenciando seu compromisso com a transparência e com o desenvolvimento nacional. O Banco vem publicando o Balanço Social no padrão Ibase desde sua adesão, tendo sido integrado ao Relatório Anual a partir de 2002;

c) Pacto Global - A adesão ocorreu em 2003, a partir de autorização do Conselho de Administração do Banco do Brasil. Posteriormente, em 2009, tornou-se signatário do *Caring for Climate*, outra iniciativa do Pacto Global. Em junho de 2010, o BB participou do Encontro de Líderes do Pacto Global 2010 sobre o tema “Construindo uma Nova Era da Sustentabilidade”, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York (EUA). O encontro foi dividido em três partes: 'Definindo a Agenda da Sustentabilidade', com debates sobre a importância da orientação ética para os mercados globalizados e a necessidade do desenvolvimento de processos mais robustos de gestão de riscos; 'Liderando a Mudança', onde o foco foi o papel da liderança empresarial na disseminação de melhores práticas de sustentabilidade e governança em toda a organização e cadeia de valor; e “Alcançando o Desenvolvimento”, que enfatizou a responsabilidade do mundo dos negócios na definição de estratégias e soluções para o combate à pobreza global;

d) Agenda 21 - Em junho de 2004, o Banco do Brasil assumiu publicamente o comprometimento com ações voltadas para o desenvolvimento sustentável de seus negócios,

em solenidade que contou com a participação da então Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva. A partir desse evento, o plano de ação para o aprofundamento de sua postura de responsabilidade socioambiental, aprovado em 2003 pelo Conselho Diretor, passou a ser denominado “Agenda 21 Empresarial do BB”. Na ocasião, o Banco do Brasil também assinou protocolo com o Ministério do Meio Ambiente para disseminar a Agenda 21 nos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável;

e) Selo “Empresa Amiga da Criança” - O Banco do Brasil mantém, desde 2004, o selo "Empresa Amiga da Criança", da Fundação Abrinq, consagrada internacionalmente pelo combate ao trabalho infantil e ações de apoio às crianças brasileiras. Para merecer o selo, as empresas devem se comprometer a desenvolver iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e adolescentes. No segundo semestre de 2012, foi lançada a 4ª edição do Projeto Voluntários BB/FIA, através do qual o Banco destina recursos de renúncia fiscal para projetos apresentados por funcionários e voluntários que busquem apoiar entidades que promovam ações para proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram atendidos 100% dos projetos que se qualificaram no edital de convocação, num total de 102 iniciativas, no valor de R\$ 6,5 milhões, representando crescimento de 30% em relação ao ano anterior;

f) *Carbon Disclosure Project* - Relatório de Informações sobre Emissão de Carbono - Em março de 2005, Banco do Brasil, Brasilprev e Previ (Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil), juntamente com os principais investidores institucionais em nível mundial, manifestaram formalmente apoio ao pedido de abertura de informações sobre a emissão de gases de efeito estufa (GEE), enviado para as 500 maiores empresas do mundo. A partir do lançamento da versão nacional em 2006, o BB, além de apoiador, passou a ser também respondente do questionário. Além de coerente com a postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil, que prevê a análise quanto aos impactos sociais e

ambientais das práticas administrativas e negociais, considerados aí os investimentos realizados, o apoio à iniciativa vai ao encontro dos interesses negociais do Banco. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no Brasil o aquecimento provocado pelo efeito estufa pode trazer como impacto a alteração do regime de chuvas e da temperatura, com consequências diretas sobre a agricultura e a biodiversidade, tema relevante para o Banco, que é o maior agente financiador do agronegócio no país;

g) Princípios do Equador - O Banco do Brasil, em fevereiro de 2005, foi o primeiro banco oficial em nível mundial a integrar o grupo de instituições financeiras brasileiras que aderiu aos Princípios do Equador. Em julho de 2006 formalizou sua readesão ao pacto, que foi atualizado após longo processo de consultas e debates entre bancos, clientes e organizações da sociedade civil. Em 2009, no âmbito da Agenda 21, o Banco ampliou a utilização dos Princípios do Equador para todos os projetos de *Project Finance*, independente do valor recomendado pelos Princípios;

h) Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo – O Banco do Brasil, juntamente com outras 54 empresas, aderiu, em 2005, ao Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo proposto pelo Instituto *Ethos*. Pelo pacto, os signatários acordaram em envidar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas dos setores comprometidos no “Cadastro de empregadores Portaria MTE 540/2004” que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão. Desde agosto de 2004, o Banco do Brasil não concede novos créditos, enquanto houver restrição, a clientes incluídos na relação de empregadores e proprietários rurais, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo. A aplicação dos compromissos com o Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo pode ser observada na política de crédito para o agronegócio, onde o Banco considera, além dos riscos inerentes ao negócio, os aspectos relativos à

responsabilidade socioambiental da contraparte, não concedendo crédito a clientes que submetam trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo, que pratiquem a exploração sexual de menores e a exploração de mão de obra infantil. Da mesma forma, todas as minutas de contrato com fornecedores do BB contêm cláusulas em que o fornecedor declara e se obriga a não empregar mão de obra infantil e ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados durante toda a vigência dos contratos;

i) GRI - O Banco do Brasil adotou o padrão proposto pela *Global Reporting Initiative* em 2006, passando a prestar contas de informações sobre sua *performance* econômica, ambiental e social de forma mais detalhada e padronizada, o que veio facilitar o trabalho de analistas e investidores quando da análise dos relatórios produzidos pela organização;

j) Pró-Equidade de Gênero - O Banco aderiu, em outubro de 2007, à segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), da Presidência da República. O objetivo do programa é desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. As empresas participantes concorrem ao Selo Pró-Equidade, se atingirem os objetivos do Programa e as metas traçadas em seus planos de ação. Em março de 2009, o Banco do Brasil foi uma das 23 empresas brasileiras a receber o selo Pró Equidade de Gênero. Recebeu destaque pela SPM, no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero do BB, a concessão da licença-maternidade de seis meses, aprovada pelo Conselho Diretor no final de março de 2009, quando o Banco decidiu antecipadamente pela mudança, sendo a primeira instituição financeira a anunciar a concessão da licença-maternidade de 180 dias, alinhando-se, assim, às expectativas de proteção à infância e valorização da mulher. A medida, que abrange mães gestantes e adotantes, vem ao encontro das políticas de gestão de pessoas e responsabilidade socioambiental do BB. Segundo o Relatório Anual 2012, as

mulheres ocupam cerca de 35% dos cargos comissionados do segmento gerencial, 37% do segmento técnico e 49% do segmento operacional. As mulheres representam 41% do total de cargos da empresa, mas este percentual se reduz consideravelmente quando se trata de cargos gerenciais mais elevados. A fim de conceder condições de igualdade para ascensão funcional de homens e mulheres, eliminando qualquer tipo de discriminação, o Banco possui políticas que englobam Processos de Capacitação e Treinamento, Ascensão Profissional e Planos de Cargos e Carreira, bem como Mecanismos de Combate às Práticas de Discriminação e de Sensibilização na Cadeia de Relacionamento. O Banco do Brasil apoia a campanha nacional ‘Homens unidos pelo fim da violência contra as Mulheres’, lançada em outubro de 2008 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A iniciativa foi uma resposta do Estado brasileiro à convocação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que lançou, em fevereiro de 2009, a campanha mundial ‘*United End Violence Against Women*’. Em dezembro de 2010, o Banco conquistou o Selo Pró-Equidade pelo segundo ano consecutivo;

k) Código de Governança Corporativa - Em novembro de 2007, alinhado com as melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil divulgou seu Código de Governança Corporativa, documento que apresenta uma visão geral sobre princípios e práticas da empresa, contribuindo para o fortalecimento da transparência de sua gestão, para a valorização institucional e facilidade de acesso ao seu capital por parte de investidores, além de contribuir para sua perenidade. As disposições contidas no Código foram extraídas de documentos e de deliberações que regulam o comportamento na empresa. Participando do Novo Mercado da Bovespa desde 2006, o BB reafirma, por meio desta iniciativa, seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa e demonstra a preocupação da Empresa com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade social corporativa. O conteúdo do Código de Governança Corporativa do BB está disponível no *site* de Relações com Investidores;

l) Programa Brasileiro GHG *Protocol* - Em maio de 2008 foi lançado o Programa Brasileiro "GHG *Protocol*", com o objetivo de incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de GEE, através da disseminação da metodologia "GHG *Protocol*" para cálculo e reporte. Atento aos novos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, o Banco do Brasil apoiou a iniciativa brasileira como membro fundador, comprometendo-se a realizar o inventário de suas emissões a partir da metodologia que vem sendo adaptada à realidade brasileira. Segundo o Relatório Anual, sua utilização apoiará a adoção de políticas e o desenvolvimento de estratégias baseadas em um conhecimento mais detalhado das emissões de gases do efeito estufa decorrente de suas atividades e de suas oportunidades de redução. Com base no escopo definido pelo Banco, a primeira fase do trabalho buscou identificar o volume de emissões a partir do consumo de combustíveis fósseis nos geradores próprios de energia, o consumo de energia elétrica adquirida das concessionárias e dos deslocamentos aéreos decorrentes de viagens a serviço. Somando estas três fontes de emissão, calculadas na primeira etapa do programa, chegou-se, em 2009, à quantidade de 31.301,72 toneladas de CO₂ equivalente. Para reduzir este volume o Banco vem investindo em projetos para o aumento da eficiência energética, sob o âmbito do Programa da Ecoeficiência;

m) Fórum Amazônia Sustentável - Em novembro de 2008, o Banco do Brasil aderiu ao Fórum Amazônia Sustentável, grupo composto por diversas entidades governamentais, empresariais e não governamentais que discute os caminhos para o desenvolvimento sustentável no Bioma Amazônia. A participação do Banco acontece em grupos específicos de trabalho, dos quais participam representantes da Unidade de Desenvolvimento Sustentável e da Diretoria de Agronegócios;

n) *Caring for Climate* - O "Cuidado com o Clima" é uma plataforma adicional de compromissos do Pacto Global, lançada em parceria com o PNUMA e o Conselho

Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), para signatários que queiram aprimorar suas ações relativas a mudanças climáticas. Adotado pelo Banco do Brasil em setembro de 2009, as instituições que aderem a esta iniciativa se comprometem a:

- Desenvolver ações práticas para a melhoria da eficiência energética e para a redução das emissões de carbono em seus produtos, serviços e processos, com estabelecimento de metas voluntárias e divulgação anual dos avanços, mediante comunicação pública;
- Identificar e entender as implicações das mudanças climáticas no negócio da empresa, definindo uma estratégia para redução de riscos;
- Provocar ações para engajar o governo e a sociedade no desenvolvimento de políticas para uma economia de baixo carbono;
- Trabalhar em conjunto com empresas de sua cadeia de valor, de forma a definir normas e adotar iniciativas conjuntas voltadas para a redução de riscos e aproveitamento das oportunidades relacionadas às mudanças climáticas (BANCO DO BRASIL, 2013).

o) Empresas pelo Clima (EPC) - o BB participa da Plataforma EPC de debates, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas, desde que foi criada em 2009. A EPC tem por objetivo a construção de um novo modelo econômico para o país baseado no equilíbrio climático e no processo de adaptação da economia brasileira às mudanças climáticas. Neste fórum são tratadas, entre outras, questões ligadas ao marco regulatório, à gestão das emissões de gases do efeito de estufa (GEE) e às práticas empresariais próprias de uma economia de baixo carbono. A plataforma prevê a realização de encontros temáticos envolvendo os setores de maior impacto, como: agronegócio, energia, florestas, indústria, serviços e transportes. Além disso, as Empresas pelo Clima assumem o compromisso de publicar seus inventários de GEE de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. Em novembro de 2010, o Banco aderiu ao documento “Propostas empresariais públicas para uma economia de baixo carbono no Brasil: Energia, Transportes e Agropecuária”, reafirmando os compromissos assumidos com a Plataforma EPC;

p) Princípios de Empoderamento das Mulheres - O Banco do Brasil aderiu em 2010 aos Princípios de Empoderamento das Mulheres. Trata-se de uma iniciativa conjunta do

Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres - UNIFEM - com o Pacto Global das Nações Unidas, que prevê, entre outras ações:

- Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero;
- Tratar todas as mulheres e homens de maneira justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação;
- Assegurar saúde, segurança e bem-estar a todos, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens;
- Promover educação, treinamento e desenvolvimento profissional para as mulheres;
- Implementar desenvolvimento empresarial e práticas de cadeia de suprimentos e *marketing* que empoderem as mulheres;
- Promover igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa;
- Medir e relatar publicamente o progresso no alcance da igualdade de gênero (BANCO DO BRASIL, 2013).

q) *Principles for Responsible Investment* (PRI) - A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil, responsável dentro da estrutura do conglomerado pela gestão de recursos de terceiros, fez a adesão aos Princípios para o Investimento Responsável em 2010. O PRI é uma iniciativa de investidores globais, em parceria com a UNEP FI e o Pacto Global das Nações Unidas, que buscam incluir, em suas decisões de investimento, critérios sociais, ambientais e de governança corporativa. A BB DTVM desenvolveu metodologia própria para avaliação de empresas, baseada na GRI, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão os princípios que norteiam essa iniciativa.

Além dos acordos elencados acima, registra-se, ainda, a adesão, em 2011, ao Conselho Mundial da Água e ao *Organizational Stakeholder* GRI. Posteriormente, em 2012, o Banco assumiu compromisso com três iniciativas capitaneadas pelo Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social, que foram a Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, o Cadastro Empresa Pró-Ética, da Controladoria Geral da União em parceria com o Instituto *Ethos*, e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa conjunta com a PATRI Relações Governamentais & Políticas Públicas.

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável é a área dentro da estrutura do conglomerado Banco do Brasil responsável pelo acompanhamento do cumprimento dos compromissos assumidos pelo Banco em todas as iniciativas relacionadas anteriormente, independentemente de que áreas estejam encarregadas de colocar em prática as ações referentes aos pactos e tratados.

5. DISCUSSÃO

Após o levantamento de informações em jornais, revistas, periódicos, internet e, principalmente, no Relatório Anual de 2012 e no *site* do Banco do Brasil na internet, torna-se evidente a preocupação e a dedicação da instituição com relação ao tema da responsabilidade social corporativa.

Desde o início deste século, a responsabilidade socioambiental passou a estar pautada em diversos documentos e estratégias de negócios do Banco do Brasil, notadamente a partir da criação da Unidade de Relação com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental – RSA, em 2003.

No Banco do Brasil a sustentabilidade está presente em toda a estrutura organizacional e é ratificada através de seus valores, missão, políticas, estratégias corporativas e dos diversos compromissos voluntários assumidos. Além disso, ao desenvolver processos, produtos e serviços o Banco considera seus impactos sociais e ambientais, evidenciando que a responsabilidade socioambiental permeia os processos de tomada de decisão.

5.1 Alinhamento com a Teoria

O relatório anual 2012 traz mensagem do presidente do Conselho de Administração, a qual destaca que

para que essas diretrizes que regem seu funcionamento estejam sempre alinhadas com as expectativas do mercado e de seus públicos de interesse, o BB tem o desafio de aprimorar a estrutura de governança corporativa e sustentabilidade, reforçando os compromissos das áreas com o tema. Para o período de 2013-2017, o Banco do Brasil vai priorizar dois objetivos principais: aumentar a eficiência e produtividade e gerar resultados sustentáveis (BANCO DO BRASIL, 2012).

Estas palavras demonstram o alinhamento do BB com a Teoria dos *Stakeholders*, e que o Banco busca o constante aprimoramento de suas iniciativas relacionadas à sustentabilidade, sem descuidar do retorno ao acionista.

Alinhado com as diretrizes estabelecidas pela GRI, iniciativa que o Banco adota e apoia, inclusive através do engajamento com empresas investidas, o BB divulga, desde 2006, o relatório anual no padrão da GRI, sendo que o relatório de 2012 apresenta nível A+ de aplicação das diretrizes estabelecidas pela GRI do Suplemento para o Setor Financeiro. A adoção do padrão GRI teve como principal argumento o aperfeiçoamento na divulgação do desempenho socioambiental do banco, utilizando os indicadores propostos pela GRI, modelo reconhecido e aplicado internacionalmente. Para tal o Banco do Brasil realizou um diagnóstico em 2005, baseado nos indicadores GRI de 3ª geração, buscando identificar os temas mais relevantes para seus públicos de interesse. A intenção, à época, era a de que a implantação ocorresse de forma gradual e progressiva, o que foi possível ser observado ao analisar os relatórios dos anos posteriores.

O ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA foi criado em 2005, e o Banco do Brasil sempre esteve presente em sua composição, desde a criação. O ISE é o mais relevante índice de ações do mercado brasileiro atrelado à *performance* socialmente responsável das empresas nacionais. A BM&FBOVESPA possui outros índices associados ao tema da responsabilidade social corporativa, como o IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, composto por ações de empresas que tenham bons níveis de governança corporativa, negociadas no Novo Mercado, ou que sejam classificadas como de Nível 1 ou 2 da BM&FBOVESPA, e o ICO2 – Índice de Carbono Eficiente, composto por ações de empresas participantes do IBrX-50 e que adotam práticas de transparência quanto às suas emissões de GEE, através do monitoramento e divulgação das mesmas, de forma a atuar numa economia de baixo carbono. O Banco do Brasil participa desses e de outros índices,

tendo inclusive autorizado a divulgação das respostas de seus questionários do ISE relativos aos anos 2011 e 2012, em um sinal de clara transparência ao mercado quanto a suas atividades e processos, bem como do nível de abrangência da aplicação de temas reportados nos relatórios.

O Banco do Brasil passou a integrar o índice *Dow Jones Sustainability Index* em 2012, e teve sua presença renovada para o período de 2013-2014, a partir do anúncio feito pelo DJSI em setembro de 2013. A participação neste índice de abrangência internacional é de grande importância, pois reconhece a relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Banco, notadamente pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável, junto ao mercado (investidores, analistas e acionistas) e também junto ao público interno (através do engajamento de funcionários e das diversas Diretorias), por intermédio do aprimoramento de processos, produtos e serviços fornecidos pelas diversas áreas, com o objetivo de se atingir excelência neste resultado.

O Balanço Social, proposto pelo Ibase, vem sendo adotado pelo BB desde 1997 e, a partir de 2002, passou a estar integrado ao Relatório Anual, como meio de informar a seus investidores que os dois aspectos, econômico e socioambiental, “constituem o eixo de uma organização rentável e sintonizada com as demandas da comunidade em que atua” (BANCO DO BRASIL, 2006). A divulgação do Balanço Social de 2012 demonstra que o BB avançou com relação aos indicadores sociais internos, registrando incremento em valores nominais e percentuais de recursos destinados a esses benefícios, que incluem alimentação, previdência privada, saúde e segurança no trabalho, porém registrou redução nos itens relacionados à educação, cultura e capacitação e desenvolvimento profissional. Os indicadores sociais externos mostram um forte crescimento nos programas de combate à fome e segurança alimentar e de geração de trabalho e renda, enquanto que os programas destinados à cultura, ciência e tecnologia receberam menos recursos no último ano. Quanto aos indicadores

ambientais, é possível observar que este é o tema em que há mais terreno a avançar pelo Banco. Neste indicador, os investimentos relacionados com a produção e operação da empresa registram um aumento de recursos destinados ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, o que foi explicado ao longo do relatório anual como consequência da troca e modernização de equipamentos, principalmente na rede de agências da Nossa Caixa que foi incorporada ao Banco do Brasil em 2010. Entretanto, não foram destinados recursos para os programas de conservação de energia, educação ambiental ou de racionalização do consumo e economia de água, para citar os mais relevantes. Já os investimentos em programas e/ou projetos externos sofreram cortes.

O Banco estabeleceu, em 2005, um Plano de Sustentabilidade, a Agenda 21 do Banco do Brasil, iniciativa pioneira no ambiente empresarial brasileiro. A Agenda 21 está organizada em três eixos – Processos e Gestão RSA, Negócios Sustentáveis e Investimento Social Privado. Em 2012 o Banco promoveu a quarta atualização das ações do Plano de Sustentabilidade - Agenda 21 do BB, com diretrizes para o período de 2013-2015. A atualização e implementação de ações da Agenda 21 envolvem todas as áreas do Banco e representantes de seus principais públicos de relacionamento.

As iniciativas de sustentabilidade adotadas pelo Banco do Brasil demonstram uma relação positiva entre as ações socioambientais desenvolvidas pela empresa e o reconhecimento do mercado, ratificado por premiações, trazendo ganhos com visibilidade entre seus públicos de relacionamento, gerando vantagem estratégica e competitiva.

5.2 Relacionamento com *Stakeholders*

A partir das informações levantadas sobre a empresa é possível fazer observações quanto ao seu desempenho econômico, ambiental e social em relação aos seus principais *stakeholders*.

O Banco do Brasil encerrou 2012 registrando um total de 114.182 funcionários e buscou, ao longo desse ano, aprimorar suas ações para disseminação de preceitos éticos e promoção do bem-estar dos funcionários, através de melhorias nas políticas educacionais, de remuneração e de carreira. A empresa oferece uma série de benefícios aos funcionários, como plano de assistência médica, plano odontológico, previdência complementar, auxílios alimentação, refeição, creche e auxílio ao filho com deficiência, licenças maternidade, de adoção, para acompanhar pessoa enferma da família e prêmio, vale transporte, salário maternidade, programa de assistência a vítimas de assaltos, programas de assistência social através de adiantamentos, como aqueles destinados a aquisição de óculos e funeral de dependente econômico, e de auxílio, como os programas para aquisição de medicamentos no exterior, deslocamento para tratamento de saúde no exterior, dentre muitos outros, ou seja, alguns dos benefícios são oferecidos aos funcionários em cumprimento da lei, mas outros demonstram atitude diferenciada com os empregados.

Existem, porém, ao se consultar o site do Sindicato dos Bancários, denúncias quanto ao não pagamento de horas extras trabalhadas, bem como por assédio moral aos funcionários, expostos de maneira constrangedora através de rankings, numa atitude em desacordo com o Acordo Coletivo firmado pelo sindicato da categoria com os Bancos. Os relatos são de funcionários que são submetidos a metas impossíveis de serem cumpridas, acompanhadas de ameaças, o que acaba por gerar inúmeros casos de afastamento por doenças físicas e mentais.

Segundo Corrêa e Medeiros (2002), as ações de responsabilidade social geram um envolvimento entre empresa e trabalhadores mais profundo do que se possa imaginar inicialmente, fazendo com que as pessoas se tornem míopes, pensando e agindo “de acordo com os interesses que o capital nelas implanta e, assim, não veem o porquê de sofrerem cada vez mais problemas físicos e mentais, de cada vez terem menos tempo disponível para suas relações familiares e sociais, etc”.

Quanto à diversidade de gêneros, os números apresentados no Relatório Anual demonstram que a participação de pessoas do sexo masculino no quadro de pessoal da empresa é superior ao feminino, numa proporção de 59% e 41%, respectivamente, conforme apresentado na figura 6, e a preponderância masculina se acentua quando o assunto é a ascensão a cargos de gerência e direção. Apesar de o Banco ter aderido ao Programa Pró-Equidade de Gênero, e ter sido inclusive premiado recentemente por sua política de equidade, foi encontrado um relato no *site* do Sindicato dos Bancários quanto ao caráter propagandista do Banco sobre esse assunto. Ao se consultar o site da empresa, na área de Relação com Investidores, nas informações sobre o quadro de vices-presidentes e diretores atuais do BB, não se encontra uma mulher dentre os cinquenta homens lá apresentados. Pelo discurso do grupo que assinava a carta, é possível observar que algumas funcionárias percebem-se limitadas por um teto de vidro, como relatado por Irigaray e Vergara (2011). Ao se considerar uma visão mais ampla da empresa, o que incluiu os integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, tem-se o registro de alguma participação feminina, com a existência de cinco mulheres participando desses conselhos.

Os funcionários do Banco são avaliados formalmente através do sistema de Gestão do Desempenho por Competências, numa análise que contempla cinco perspectivas (financeira, clientes, processos internos, comportamento organizacional e sociedade), com avaliações

feitas pelo superior, por subordinadores, pelos pares e pelos próprios funcionários, através de autoavaliação.

DIVERSIDADE NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ⁽¹⁾	2011				2012			
	GERENCIAL	TÉCNICO	OPERACIONAL	OUTROS	GERENCIAL	TÉCNICO	OPERACIONAL	OUTROS
POR FAIXA ETÁRIA								
Até 25 Anos	368	121	1.192	6.106	347	108	1.144	4.939
De 26 a 35 Anos	10.567	4.338	8.900	19.113	11.245	4.497	9.067	18.214
De 36 a 45 Anos	11.278	3.465	4.852	9.960	11.444	3.490	4.922	9.817
Mais de 45 Anos	12.320	3.913	4.454	12.863	12.936	4.056	4.596	13.360
POR GÊNERO								
Masculino	22.514	7.501	10.046	26.871	23.281	7.673	10.117	25.907
Feminino	12.019	4.336	9.352	21.171	12.691	4.478	9.612	20.423
POR RAÇA								
Negros	624	226	461	1.312	716	255	507	1.305
Negros, Pardos e Índios	6.442	2.270	3.508	10.642	6.962	2.439	3.691	10.708

Figura 6 – Diversidade no Quadro de Funcionários

Fonte: Banco do Brasil (2012)

Quanto à diversidade do quadro de funcionários por raça, os números chamam ainda mais a atenção: existem 2.783 funcionários negros e 23.800 negros, pardos ou índios, que somados representam 23% do total de funcionários, conforme mostra a figura 6.

Comparando-se estes números com os números da população brasileira, conforme dados do IBGE de 2010, apresentados na tabela 3, se constata que pessoas dessas mesmas raças representavam 51% da população do país, ou seja, apesar das políticas de promoção e valorização da diversidade, o número de funcionários das raças negra, parda e indígena no BB representa menos da metade do que se registra na população brasileira. O ingresso aos quadros da empresa se dá através de concurso público e o Banco não oferece sistema de cotas por raça para preenchimento do quadro de funcionários, porém reserva a pessoas com deficiência 5% das admissões efetuadas.

Tabela 3 – Distribuição Racial da População Brasileira

Pessoas em famílias únicas e conviventes principais residentes em Domicílios Particulares							
Cor ou raça	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	% Brasil
Branca	3.232.546	13.902.050	39.520.940	19.296.452	5.233.147	81.185.135	47,67
Preta	904.381	4.462.769	5.541.221	962.454	818.178	12.689.003	7,45
Amarela	155.400	566.249	804.190	164.811	188.730	1.879.379	1,10
Parda	9.369.446	28.542.105	25.915.443	4.123.715	6.228.428	74.179.136	43,56
Indígena	79.421	116.541	75.826	35.377	34.502	341.668	0,20
Sem	1.237	6.413	12.722	828	2.296	23.496	0,01
Total	13.742.431	47.596.127	71.870.342	24.583.637	12.505.281	170.297.817	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Amostra

Cabe destacar que o BB, dentro de suas ações para promoção e valorização da diversidade, permite a inclusão de companheiros homoafetivos como dependentes dos funcionários associados aos planos de saúde (CASSI) e de previdência (PREVI).

Quanto à cadeia de fornecedores, o Banco procura se relacionar com empresas que se comprometem com o atendimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados durante toda a vigência dos contratos. O Banco está sujeito a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666), que o sujeita à fiscalização de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU). A fim de promover o engajamento dos fornecedores por melhores práticas de sustentabilidade, em 2012 o Banco convidou seus fornecedores para participar de eventos como o Painel dos *Stakeholders*, o painel Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito em Setores de Construção Civil e Mineração e o V Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade. Apesar do cuidado, recentemente foi veiculada na imprensa notícia sobre certa empresa prestadora de serviços que teria falido, deixando seus contratados sem salários, com citação expressa ao nome do Banco do Brasil dentre os que tinham a empresa como seus contratantes.

Na perspectiva cliente o Banco, ao final de 2012, registrava 58,5 milhões de clientes, compostos por correntistas, poupadores e beneficiários do INSS. Para atender a esse enorme público, o BB dispõe de 44.393 terminais de autoatendimento e mais de 6.000 pontos do Banco Postal, marcando presença em quase todo o território nacional, desde os municípios

mais distantes dos grandes centros até as principais capitais do país, onde se faz presente em comunidades como a Rocinha, Cidade de Deus e Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Como forma de mitigar os impactos ambientais de seus produtos e serviços o Banco conta com ferramentas e plataformas digitais que facilitam a vida dos usuários, como o *BB Code*, o *BB Token* e a certificação digital ICP.

Como consequência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Ministério Público e o Banco do Brasil, os diversos canais de atendimento do BB receberam ajustes e passaram a oferecer opções que possibilitam o acesso de pessoas com necessidades especiais. Os terminais de autoatendimento possuem solução específica para os deficientes visuais, com terminais 100% adaptados para receber fones de ouvido. A partir da identificação do cliente por meio do cartão magnético, a tela se apaga automaticamente e o cliente passa a ter acesso ao menu de forma auditiva e utilizando o teclado com marcação podotátil para navegação das opções.

A qualidade do atendimento do Banco do Brasil foi reconhecida através de premiações recebidas ao longo de 2012, porém o Relatório Anual de 2012 registra o pagamento de multas no valor de R\$ 892.418,97 em 2012, frente a R\$ 548.238,19 em 2011 e R\$ 58.792,59 em 2010, decorrentes de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e ao uso de produtos e serviços.

A atividade bancária não gera grande impacto no meio ambiente, mesmo assim o Banco do Brasil possui e incentiva programas para reciclagem de papel, coleta seletiva de lixo em diversas dependências, redução do consumo de energia, do consumo de água, redução de emissão de GEE, e do consumo de materiais. O Programa de Uso Racional da Água estimula a adoção de medidas para redução do consumo de água, através de campanhas internas de conscientização. O Relatório Anual de 2012 registra redução do consumo total de água em relação ao ano anterior, o que foi justificado pela empresa como consequência de um intenso

trabalho de manutenção das instalações hidráulicas. Quanto ao consumo de energia elétrica e óleo diesel, apesar de todos os esforços com a manutenção e modernização de equipamentos, estes apresentaram incremento em relação aos anos anteriores, o que foi justificado pelo Banco como decorrente do crescimento organizacional e pela implantação de sistemas de ar condicionado em dependências do antigo Banco Nossa Caixa.

O principal material consumido no Banco é o papel e o trabalho que vem sendo feito para redução deste item é de aprimoramento e utilização de tecnologias digitais. Paralelamente a instituição exige, desde 2011, a certificação ambiental da origem da matéria-prima do papel termossensível, que é utilizado nos terminais de caixa e autoatendimento, externando aos clientes sua preocupação com a qualidade e a sustentabilidade. Além disso, o Banco incentiva a coleta seletiva de lixo em suas dependências, sendo esse um item obrigatório para a contratação das empresas prestadoras dos serviços de limpeza e conservação. Os dados sobre os volumes de resíduos do programa de coleta seletiva são monitorados anualmente e os materiais são destinados às associações e cooperativas de catadores de lixo credenciadas, atendendo ao disposto no Decreto nº 5.940/06.

Quanto a *performance* socioambiental do Banco, o Relatório Anual 2012 destaca a definição de diretrizes socioambientais para créditos concedidos aos setores de construção civil e mineração. A empresa destinou cerca de R\$ 8 bilhões para negócios sociais e outros que busquem soluções para os problemas socioeconômicos da sociedade. A maior parte desses recursos foi destinada ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

O Banco do Brasil, como signatário dos Princípios do Equador, utiliza os padrões do IFC na análise de risco para financiamentos de grande porte, de forma a garantir que os projetos sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e reflitam as boas práticas de gestão ambiental. É exigência do BB que o projeto cumpra as diretrizes específicas do setor a

que se refere quanto à saúde e segurança do trabalho e que seja elaborado um plano de ação contemplando medidas preventivas, mitigatórias e compensatórias para os impactos socioambientais identificados na avaliação. O Banco exige para os projetos das categorias A e B que o tomador do empréstimo se comprometa a cumprir toda a legislação e regulamentação, que obtenha as autorizações socioambientais do país, respeitando o plano de ação durante a execução e andamento do projeto, em todos os aspectos relevantes, fornecendo relatórios periódicos e descomissionando as instalações, quando aplicável e apropriado, em conformidade com um plano previamente acordado (BANCO DO BRASIL, 2012).

O BB realiza avaliações socioambientais dos projetos financiados trimestral ou semestralmente, uma vez que a liberação das parcelas de financiamento é vinculada ao cumprimento dos padrões de desempenho definidos pelo IFC.

No caso de operações que beneficiam imóveis localizados no Bioma Amazônia é inserida cláusula penal no instrumento de crédito prevendo a suspensão das liberações e o vencimento extraordinário do financiamento em caso de ocorrência de desmatamento ilegal da propriedade. Aproximadamente 5% dos contratos possuem cláusula referente ao Bioma Amazônia (BANCO DO BRASIL, 2012).

Ao incluir a avaliação de riscos socioambientais na decisão de concessão de empréstimo, o Banco diminui o risco de crédito e a inadimplência de sua carteira de clientes, o que reflete uma gestão mais eficiente, que irá contribuir para um melhor resultado de suas atividades de financiamento.

6. PARA CONCLUIR

O capítulo anterior deste estudo buscou analisar as evidências quanto às práticas de responsabilidade social corporativa do Banco do Brasil de forma a responder a pergunta motivadora deste trabalho, que foi verificar se as ações da empresa estariam alinhadas com o referencial teórico sobre o tema ou não.

A fundamentação teórica explorou a responsabilidade social corporativa à luz da Teoria dos Stakeholders, observou diversas iniciativas nacionais e internacionais sobre o tema da sustentabilidade, bem como artigos que demonstram que é cada vez maior o interesse de toda a sociedade por este assunto. Os resultados sugerem que o Banco do Brasil, ao adotar a RSC como estratégia de negócio, considera os anseios de todos seus stakeholders, mas principalmente de seus acionistas ao, por exemplo, reduzir a possibilidade de eventuais perdas decorrentes da concessão de empréstimos e financiamentos que poderiam vir a impactar seus resultados. Dentre as evidências relacionadas ao longo do trabalho destacam-se o atual posicionamento estratégico e operacional do Banco, sua missão, sua Carta de Princípios, a adesão às inúmeras iniciativas que buscam reduzir as diferenças sociais em nosso país e também às de proteção ao meio ambiente.

A sustentabilidade não é mais uma questão secundária: tornou-se um tema de interesse em todo mundo, seja para as pessoas, empresas, comunidades, organizações, governos, enfim, grupos que vêm percebendo a urgência das mudanças e têm se unido para buscar a melhor forma de atuarem em conjunto para engajarem suas comunidades em torno de ações e projetos social, ambientais, educacionais e culturais.

A economia globalizada vem exigindo das organizações um novo modelo de relacionamento com a sociedade, requerendo uma maior compreensão sobre o tema da responsabilidade social, o qual não poderá mais estar unicamente centrado em alguns

participantes, mas também nas empresas e em todos os seus *stakeholders*. As empresas e os produtos social e ambientalmente responsáveis passam a carregar não somente a figura da organização que os produzem, mas de toda a cadeia produtiva do qual fazem parte.

As instituições financeiras têm papel relevante no direcionamento dos fluxos de capital, criando mercados entre poupadores e tomadores de recursos, e podem influenciar sobremaneira a adoção de políticas de combate aos danos no meio ambiente, o respeito pelos direitos humanos e a equidade social. Por acreditar nesse conceito, o Banco do Brasil aderiu aos Princípios do Equador e inclui tais diretrizes como um investimento de caráter estratégico que permite a sustentação de seu negócio no longo prazo.

A adoção da cultura de finanças sustentáveis pelos bancos significa uma mudança de paradigma, corresponde a levar a sustentabilidade para o centro das atenções, desenvolvendo produtos e serviços alinhados com as questões ambientais, melhorando as relações com fornecedores e consumidores, buscando a geração de valor econômico associada a valores sociais justos e atitudes ambientais corretas, mas principalmente, priorizando relações éticas e transparentes com seus públicos de interesse.

Ao longo deste trabalho, ao se analisar a organização, foi possível concluir que a instituição é *benchmark* no país, estando presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBOVESPA desde sua criação, além de participar do DJSI desde 2012. As ações de responsabilidade social e ambiental do Banco sinalizam para o mercado que a empresa pode ser considerada como uma opção para os investidores que buscam SRI, pois o estudo revelou que as iniciativas empreendidas estão alinhadas com as práticas esperadas pelo mercado.

O investimento que o Banco vem fazendo nesse sentido tem gerado retornos positivos, tanto em relação ao seu desempenho econômico quanto ao retorno de imagem, ratificado pelas premiações recebidas, além de repercutir na satisfação e fidelização de clientes. Além

disso, a atuação no campo da responsabilidade social motiva e influencia os funcionários, fornecedores e acionistas que acreditam que é melhor trabalhar, residir próximo, vender e comprar ou ainda investir em uma empresa socialmente responsável “do que fazer essas mesmas coisas com uma empresa que não siga os preceitos da responsabilidade social” (CORRÊA; MEDEIROS, 2002).

O Banco, que recentemente completou 200 anos de existência, tem sua história muitas vezes associada à do próprio país, tendo participado, e ainda participando, das políticas financeiras e creditícias da nação, projetos de inclusão social e de desenvolvimento de negócios sociais sustentáveis para comunidades carentes, apoio ao esporte, cultura, lazer, entre tantas iniciativas relevantes para o fortalecimento da cidadania de nosso povo, mas não se descuidando em momento algum de satisfazer seus acionistas e investidores. Não obstante a crescente concorrência no setor bancário brasileiro, que conta cada vez mais com players estrangeiros, ao longo dos anos foi criada uma identidade entre o Banco do Brasil e a sociedade, entre o banco que é de todo o Brasil e de todos os brasileiros.

Foi observado no Relatório Anual 2012 que o Banco reconhece a importância dos indicadores de desempenho socioambiental como ferramenta para o desenvolvimento das suas ações relativas à responsabilidade social corporativa, utilizando os índices de sustentabilidade mais reconhecidos do mercado nacional e internacional, o ISE e o DJSI, respectivamente, como indutores das práticas a serem aperfeiçoadas dentro da empresa, em linha com o artigo de Slager et al. (2010) destacado ao longo da pesquisa bibliográfica.

Vale ressaltar a importância dedicada pela organização à educação, e aí se inclui a educação financeira, apoiada pelo Banco do Brasil através de diversos projetos, de forma a colaborar para as mudanças de hábito e construção e uma sociedade melhor e mais justa, que tanto o mundo necessita. Como defendido por Almeida (2007), a educação é um caminho do qual a sustentabilidade não pode prescindir.

Para concluir, o Banco demonstra ter atuação embasada em um modelo de gestão orientado para a responsabilidade social e ambiental, que pode ser associado à proposição de que as ações do Banco do Brasil são influenciadas e podem influenciar seus públicos de interesses e de relacionamento. Desta forma, é possível afirmar que as ações de responsabilidade social corporativa da empresa estão aderentes com a teoria sobre o tema apresentado neste trabalho, e geralmente pautadas e alinhadas com os padrões das principais instituições e normas internacionais.

Frente às conclusões e limitações do presente trabalho, sugerem-se estudos para futuras pesquisas que poderão buscar:

- estudar a responsabilidade social e ambiental das empresas com relevante participação estatal, de forma a verificar se existem diferenças entre as práticas destas com relação às empresas de capital privado;
- realizar análise quantitativa e comparativa quanto ao desempenho social, ambiental e financeiro das empresas brasileiras antes e após sua inclusão em índices de sustentabilidade nacionais e internacionais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, C. Decisões de investimento e sustentabilidade. O ESTADO DE S. PAULO, 14 nov. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,decisoes-de-investimento-e-sustentabilidade,o,decisoes-de-investimento-e-sustentabilidade-,798396,0.htm>. Acesso em: 24 abr. 2012.

ALIGLERI, L. M.; ALIGLERI, L. A.; CÂMARA, M. R. G. da. Responsabilidade Social na Cadeia Logística: Uma Visão Integrada para o Incremento da Competitividade. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/Uniethos/Documents/Responsabilidade%20Social%20na%20Cadeia%20Log%C3%ADstica_%20Uma%20Vis%C3%A3o%20Integrada%20para%20o%20Incremento%20da%20Competitividade.pdf. Acesso em: 28 abr. 2013.

ALMEIDA, F. A. O Bom Negócio da Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

_____. Os Desafios da Sustentabilidade: Uma Ruptura Urgente. São Paulo: Elsevier - Campus, 2007.

ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO DO BRASIL. Relatório Anual 2012. Disponível em: <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2012/port/ra/index.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. Relatório Anual 2006. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2006.pdf>. Acesso em: 5 out. 2013.

_____. Código de Ética do Banco do Brasil. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page3,136,3506,0,0,1,8.bb?codigoMenu=203&codigoNoticia=668&codigoRet=823&bread=4>. Acesso em: 5 out. 2013.

_____. Disponível em: <http://www.bb.com.br>. Acesso em: 4 out. 2013.

BANERJEE, S. B. Corporate Social Responsibility The Good, the Bad and the Ugly. Northampton, MA: Edward Elgar, 2007.

BARBOSA, L. N. A relação entre responsabilidade social corporativa e criação de valor para os investidores: Estudo de caso em uma empresa brasileira do setor de energia. Dissertação de Mestrado em Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.coppead.ufjr.br/upload/publicacoes/Luciane_Barbosa.pdf. Acesso em: 24 abr. 2012.

BOULOUTA, I.; PITELIS, C. Corporate Social Responsibility and National Competitive Advantage. Academy of Management Proceeding. January 2011. 2011:1 1-6.

BOVESPA - BM&F BOVESPA S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BOWEN, H. R. Social Responsibilities of the Businessman. New York: Harper and Brothers, 1953.

BRITO, B. M. B. de. **A reação do mercado acionário a eventos ambientais**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado em Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Bruno_Brito.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2012.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

BUENO, W. da C. **Opinião: A sustentabilidade dos bancos não merece crédito**. PORTALIMPRESSA. 16 set. 2011. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/wilson+da+costa+bueno/44544/opinio+a+sustentabilidade+dos+bancos+nao+merece+credito/>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

CORRÊA, F. T. de B. S.; MEDEIROS, J. R. **Responsabilidade Social Corporativa para quem?** Disponível em: <http://www.internethos.org.br/_Uniethos/Documents/RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20CORPORATIVA%20PARA%20QUEM_.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2013.

DEVINNEY, T.M. Is the Socially Responsible Corporation a Myth? The Good, the Bad, and the Ugly of Corporate Social Responsibility. **Academy of Management Perspectives**, May, 2009. 23:2 44-56.

DJSI - Dow Jones Sustainability Indices. Disponível em: <<http://www.sustainability-indices.com/>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

EQUATOR PRINCIPLES. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

ETHOS - Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social. **Crêterios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e seus Mecanismos de Induêção no Brasil**. Junho, 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/criterios_essenciais_web.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2012.

_____. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em 25 ago. 2013.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, 42(I): 7-33, 2008.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Boston, MA: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Tradução Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. The social responsibility of business is to increase its profit. *New York Magazine*, 1970.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GRI - Global Reporting Initiative. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

_____. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. 2000-2006 GRI. Versão 3.0. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=2&z=t&o=25&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

IFC – Institutional Finance Corporation. Disponível em: <http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Multilingual_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Home_PT>. Acesso em: 26 ago. 2013.

INFANTE, C. E.; CANTANHEDE, I. L.; MENDONÇA, F. M.; VALLE, R. A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros e Internacionais. INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção. Novembro, 2010, vol. 02, n° 11. ISSN 1984-6193. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Nov/312-918-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C. O tempo como dimensão de pesquisa sobre uma política de diversidade e relações de trabalho. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, n°4, artigo 8, Rio de Janeiro, Dezembro 2011, p. 1089-1098.

LINS, C.; WAJNBERG, D. Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Agosto, 2007. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-239.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

MACKEY, A.; MACKEY, T.; BARNEY, J. B. Corporate Social Responsibility and Firm Performance: Investor Preferences and Corporate Strategies. **Academy of Management Review**, July 1, 2007. 32:3, 817-835.

MARQUES, V. L. O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: Ferramenta para a Gestão Socioambiental no Brasil? Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, Instituto de Geo-Ciências da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/VLMarques.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

McGREW, A. Globalization and Global Politics. In: Baylis, J.; Smith, S.; Owens, P. The Globalization of World Politics. Oxford: Oxford University, 2008. Ch.1.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 12 out. 2013.

MONTEIRO, M. A. A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). **Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários**, 21 Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cmvm.pt/CMVM/Publicacoes/Cadernos/Documents/6755d7280b944d97889352f7bdda741dManuelMonteiro.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

MULLER, A. Global Versus Local CSR Strategies. **European Management Journal**, vol. 24, Nos. 2-3, pp. 189-198, April-June 2006.

OHMAE, K. Managing in a Bordless World. **Harvard Business Review**, May-Jun 1989.

OITO empresas brasileiras no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. DIÁRIO DO NORDESTE, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1318943>>. Acesso em: 30 set. 2013.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. Agenda 21. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

PORTER, M.; KRAMER, M. Strategy and Society. **Harvard Business Review**, 84(12): 78-92, 2011.

PRI - Principles for Responsible Investment. Disponível em: <<http://www.unpri.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SANTOS, P. M. F.; FINAZZI, S. V. M. Análise do Discurso Ambiental dos Bancos Brasileiros de Varejo cujas Ações são Negociadas na Bovespa. IV Encontro Nacional da Anppas, 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF - Brasil. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-315-618-20080510222411.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

SCHERER, A.; PALAZZO, G. The New Political Role of Business in a Globalized World: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. **Journal of Management Studies**, 48:4 June 2011.

SCHWANKE, C.; MULLER, C. Agenda 21 Empresarial: O Banco do Brasil e o Compromisso Socioambiental. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.3, n.4, p.01-23, Sem II 2009. Temática TCC. ISSN 1980-7031. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/329/292>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SEIS tendências em negócios sustentáveis que não dá mais para ignorar. **EXAME**, 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/6-fortes-tendencias-nos-negocios-sustentaveis>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SILVA, C. H. da. Sustentabilidade no Banco do Brasil S. A.: A responsabilidade socioambiental para além da vantagem competitiva. Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus VIII, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Pessoas. Paulo Afonso, BA, 2008. Disponível em: <<http://www.anabb.org.br/pdf/monografia.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA. Agência Empresarial DF do BB descumpre acordo coletivo e expõe funcionários em ranking. Disponível em: <http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=11457:agencia-empresarial-df-do-bb-descumpre-acordo-coletivo-e-expoe-funcionarios-em-ranking&catid=13:banco-do-brasil&Itemid=22>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____. BB: uma diretoria com muita propaganda sobre equidade de gênero e pouca prática. Disponível em: <http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=11299:bb-uma-diretoria-com-muita-propaganda-sobre-equidade-de-genero-e-pouca-pratica&catid=13:banco-do-brasil&Itemid=22>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SLAGER, R.; GOND, J-P.; MOON, J. What gets Measured gets Managed? The Impact of SRI Indices on Responsible Corporate Behavior. **Academy of Management Proceedings**, August 1, 2010. 2010:1 1-6.

THAME, F. M. Finanças Sustentáveis: Criação de Valor para o Negócio Bancário. **Revista Tecnologia de Crédito**. Edição 61. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/2007/61/revista_0332.htm>. Acesso em: 26 ago. 2013.

TULDER, V.; ZWART, V. Rival CSR Regimes. **International Business-Society Management**, Mar, pp. 1-11, 2006.

UNEP - United Nations Environment Programm. Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em: 30 set. 2013.

UNEP FI - United Nations Environment Programm Finance Initiative. Disponível em:<<http://www.unepfi.org/about/index.html>>. Acesso em: 01 out. 2013.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Editora Atlas, 13ª Edição. 2011.

WAJNBERG, D. Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros: Exame da Divulgação do Relacionamento entre Iniciativas Socioambientais e o Desempenho Financeiro Corporativo. Dissertação de Mestrado em Administração. Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www2.coppead.ufrj.br/port/index.php?option=com_docman&Itemid=204&task=cat_view&gid=46&dir=DESC&order=date&limit=10&limitstart=160>. Acesso em: 21 abr. 2012.

YIN, R. K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Editora Bookman Companhia Ed, 3ª Edição. 2005.

ANEXOS

Anexo A - Código de Ética do Banco do Brasil

1. Clientes

- 1.1. Oferecemos produtos, serviços e informações para o atendimento das necessidades de clientes de cada segmento de mercado, com inovação, qualidade e segurança;
- 1.2. Oferecemos tratamento digno e cortês, respeitando os interesses e os direitos do consumidor;
- 1.3. Oferecemos orientações e informações claras, confiáveis e oportunas, a fim de permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios;
- 1.4. Estimulamos a comunicação dos clientes com a Empresa e consideramos suas manifestações no desenvolvimento e melhoria das soluções em produtos, serviços e relacionamento;
- 1.5. Asseguramos o sigilo das informações bancárias, ressalvados os casos previstos em lei.

2. Funcionários e Colaboradores

- 2.1. Zelamos pelo estabelecimento de um ambiente de trabalho saudável, pautando as relações entre superiores hierárquicos, subordinados e pares pelo respeito e pela cordialidade;
- 2.2. Repudiamos condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza;
- 2.3. Respeitamos a liberdade de associação sindical e buscamos conciliar os interesses da Empresa com os interesses dos funcionários e suas entidades representativas de forma transparente, tendo a negociação como prática permanente;
- 2.4. Asseguramos a cada funcionário o acesso às informações pertinentes à sua privacidade, bem como o sigilo destas informações, ressalvados os casos previstos em lei;
- 2.5. Mantemos contratos e convênios com instituições que asseguram aos colaboradores condições previdenciárias, fiscais, de segurança do trabalho e de saúde;
- 2.6. Reconhecemos, aceitamos e valorizamos a diversidade do conjunto de pessoas que compõem o Conglomerado;
- 2.7. Repudiamos práticas ilícitas, como suborno, extorsão, corrupção, propina, em todas as suas formas;
- 2.8. Orientamos os profissionais contratados a pautarem seus comportamentos pelos princípios éticos do BB.

3. Fornecedores

3.1. Adotamos, de forma imparcial e transparente, critérios de seleção, contratação e avaliação, que permitam pluralidade e concorrência entre fornecedores, que confirmem a idoneidade das empresas e que zelem pela qualidade e melhor preço dos produtos e serviços contratados;

3.2. Requeremos, no relacionamento com fornecedores, o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a não-utilização de trabalho infantil ou escravo e a adoção de relações de trabalho adequadas e de boas práticas de preservação ambiental, resguardadas as limitações legais.

4. Acionistas, Investidores e Credores

4.1. Pautamos a gestão da Empresa pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

4.2. Somos transparentes e ágeis no fornecimento de informações aos acionistas, aos investidores e aos credores;

4.3. Consideramos toda informação passível de divulgação, exceto a de caráter restrito, que coloca em risco o desempenho e a imagem institucional, ou que está protegida por lei.

5. Parceiros

5.1. Consideramos os impactos socioambientais na realização de parcerias, convênios, protocolos de intenções e de cooperação técnico-financeira com entidades externas, privadas ou públicas;

5.2. Estabelecemos parcerias que asseguram os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

6. Concorrentes

6.1. Temos a ética e a civilidade como compromisso nas relações com a concorrência;

6.2. Conduzimos a troca de informações com a concorrência de maneira lícita, transparente e fidedigna, preservando os princípios do sigilo bancário e os interesses da Empresa;

6.3. Quando solicitados, disponibilizamos informações fidedignas, por meio de fontes autorizadas.

7. Governo

7.1. Somos parceiros do Governo Federal na implementação de políticas, projetos e programas socioeconômicos voltados para o desenvolvimento sustentável do país;

7.2. Articulamos os interesses e as necessidades da Administração Pública com os vários segmentos econômicos da sociedade;

7.3. Relacionamo-nos com o poder público independentemente das convicções ideológicas dos seus titulares.

8. Comunidade

8.1. Valorizamos os vínculos estabelecidos com as comunidades em que atuamos e respeitamos seus valores culturais;

8.2. Reconhecemos a importância das comunidades para o sucesso da Empresa, bem como a necessidade de retribuir à comunidade parcela do valor agregado aos negócios;

8.3. Apoiamos, nas comunidades, iniciativas de desenvolvimento sustentável e participamos de empreendimentos voltados à melhoria das condições sociais da população;

8.4. Zelamos pela transparência no financiamento da ação social;

8.5. Afirmamos nosso compromisso com a erradicação de todas as formas de trabalho degradante: infantil, forçado e escravo;

8.6. Afirmamos estrita conformidade à Lei na proibição ao financiamento e apoio a partidos políticos ou candidatos a cargos públicos.

9. Órgãos Reguladores

9.1. Trabalhamos em conformidade com as leis e demais normas do ordenamento jurídico;

9.2. Atendemos nos prazos estabelecidos às solicitações originadas de órgãos externos de regulamentação e fiscalização e de auditorias externa e interna.